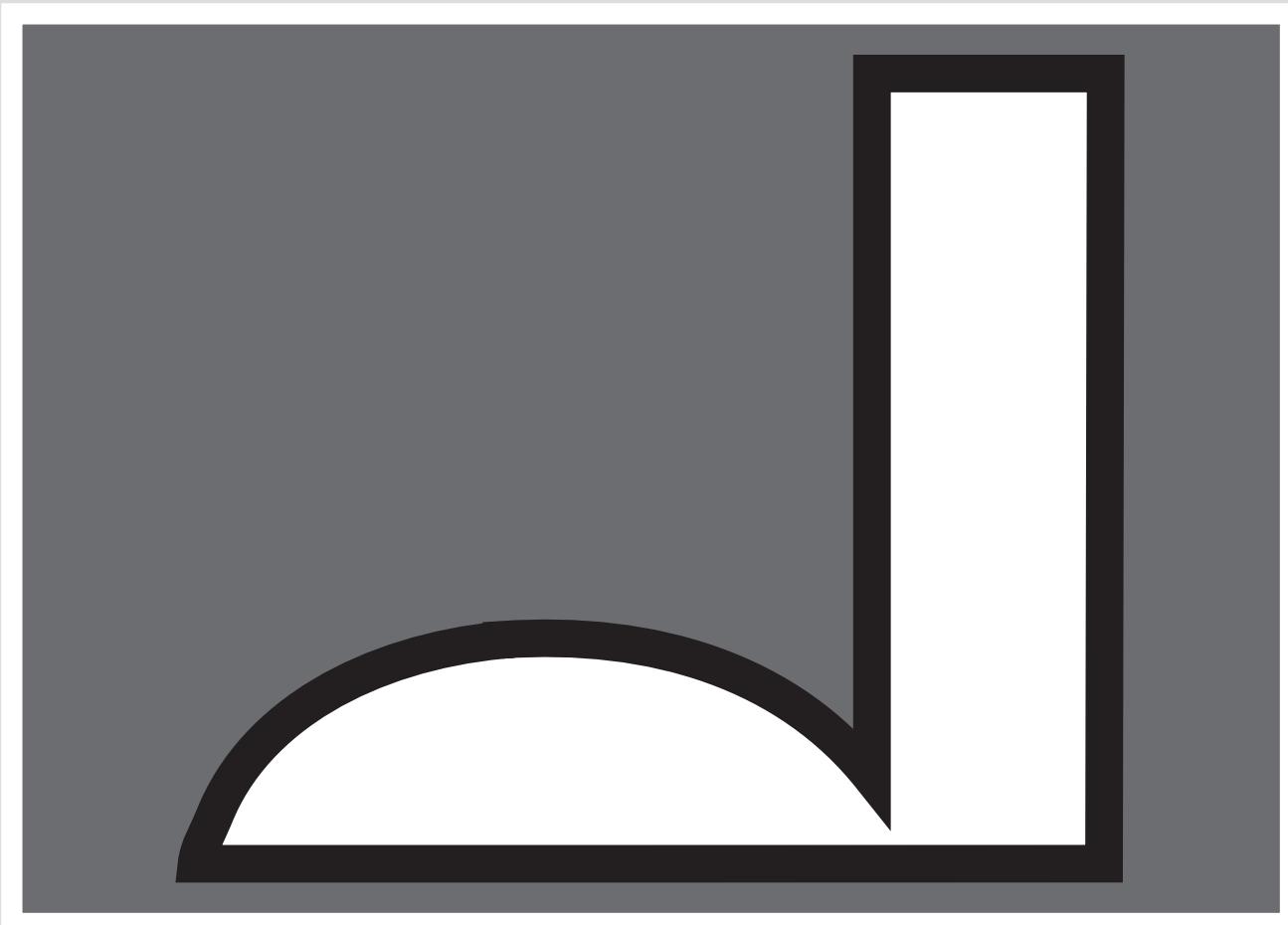




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Relatório Final nº 4, de 2011, da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 609, de 2011, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.

ANO LXVI – SUP. “B” AO Nº 218 – QUINTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (RO FD/UE)^{1,5,6,7}
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 23	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferrão Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (14) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antônio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antônio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Líder Mário Couto - PSDB (6) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (8) Flexa Ribeiro (7) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PR - 8 Líder Magno Malta - PR (11) Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

RELATÓRIO FINAL Nº4 , DE 2011

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 609, DE 2011

Com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.

SUMÁRIO

- Ofício s/nº, de 21/12/ 2011, da Presidente da Comissão.....	i
- Requerimento nº 609, de 2011, de criação da Comissão.....	ii
- Composição da Comissão.....	iii
- Sinopse da tramitação.....	iv
- Relatório Final nº 4 , de 2011.....	v

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Temos a elevada honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o Relatório Final da COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA – CONFLITO AGRÁRIO - NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA, criada pelo Requerimento nº 609, de 2011.

Ressaltamos a Vossa Excelência que, muito embora o escopo da Comissão não tivesse a amplitude desejada, por força de limitação regimental, o trabalho realizado pelos Senadores que integram a presente Comissão foi bastante frutífero, com especial destaque às gestões realizadas junto ao Superior Tribunal de Justiça para a solução do conflito de competência suscitado entre a Justiça do Estado de Rondônia e a Justiça Federal naquele Estado, com vistas ao julgamento dos crimes que esta Comissão acompanhou.

Sendo assim, o presente relatório aborda as atividades desenvolvidas pela Comissão, bem como oferece um sucinto diagnóstico das causas da violência na região, sugerindo, ao final, algumas providências que entendemos pertinentes.

Atenciosamente,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

Senador **PEDRO TAQUES**

REQUERIMENTO Nº 609, DE 2011

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE <u>PROTÓCOLO LEGISLATIVO</u>
R.Q.S Nº 609 /2011
EM 30 - 05 - 2011
4

No termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a designação de uma Comissão Externa composta por 3 (três) Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.

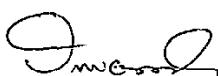
JUSTIFICAÇÃO

O recrudescimento da violência do campo tem assumido proporções inaceitáveis. Na terça-feira, dia 24, um casal de extrativistas no Pará foi brutalmente assassinado. José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva perderam a vida no assentamento em que viviam próximo a Nova Ipixuna, sudeste do Pará. O casal vinha denunciando a ação ilegal de madeireiros na região. Na sexta-feira, dia 27, foi a vez de Adelino

Ramos, líder do Movimento Camponês Corumbiara, ele próprio sobrevivente do massacre de Corumbiara em 1995, ser morto numa emboscada. Dinho, como era conhecido, também denunciava a ação ilegal de madeireiros na região. Em depoimento gravado, o líder do Movimento Camponês afirmava que vivia com "bala na cabeça a qualquer hora". No sábado, dia 28, outro agricultor, Eremilton Pereira dos Santos, morador do assentamento agroextrativista Praialta Piranheira no município de Nova Ipixuma também foi morto por sua atuação em favor da preservação do meio ambiente.

O Senado Federal não pode se omitir diante desse quadro assustador de violência, impondo a criação de uma Comissão de Senadores para verificar "in loco" a situação em que ocorreu esses crimes bárbaros, bem como sugerir medidas que possam inibir a violência naquela região.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2011



Senadora Vanessa Grazziotin

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adclino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾**

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

Identificação da Matéria

REQUERIMENTO N° 609, DE 2011

Autor: SENADOR - Vanessa Grazziotin

Ementa: Requer, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a designação de uma Comissão Externa composta por 3 (três) Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Sila e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

Data de apresentação: 30/05/2011

Situação atual: Local: 07/06/2011 - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: 31/05/2011 - APROVADA

Indexação da matéria: Indexação: REQUERIMENTO, SENADO, CRIAÇÃO, COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, OBJETIVO, VISITA, REGIÃO, CONFLITO AGRÁRIO, DIVISA, ESTADOS, (AC), (AM), (RO), MUNICÍPIO, NOVA IPIXUNA, (PA).

Sumário da Tramitação
Em tramitação

TRAMITAÇÕES (ordem ascendente)

30/05/2011 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

30/05/2011 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Ação: Leitura.

Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 31/05/2011 no DSF Página(s): 19735 ([Ver Diário](#))

31/05/2011 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

31/05/2011 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: (Matéria apreciada em Ordem do Dia, extrapauta)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Publicação em 01/06/2011 no DSF Página(s): 19967 ([Ver Diário](#))

02/06/2011 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Juntados, às fls. 7/10, cópias dos OF.SF nºs 780 a 783/2011, de 1º de junho de 2011, do Presidente do Senado Federal.

Encaminhado ao Plenário.

02/06/2011 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do Ofício nº 045/2011, da Liderança do DEM, cedendo ao Bloco de Apoio ao Governo vaga na Comissão a que se refere o presente Requerimento.

Publicação em 03/06/2011 no DSF Página(s): 20815 - 20816 ([Ver Diário](#))

07/06/2011 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Encaminhado ao Plenário.

07/06/2011 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência designa a Senadora Vanessa Grazziotin para integrar a Comissão Temporária Externa que tem por objetivo visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, nos termos do Ofício nº 69/2011, do Bloco de Apoio ao Governo; e o Senador Pedro Taques, para integrar a mesma Comissão, nos termos do Ofício nº 71/2011, do Bloco de Apoio ao Governo, em vaga cedida pelo Bloco da Minoria. Publicação em 08/06/2011 no DSF Página(s): 22197 ([Ver Diário](#))

SENADO FEDERAL**COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA
CONFLITO AGRÁRIO – ACRE, AMAZONAS E
RONDÔNIA
(CTECONFLITO)****RELATÓRIO FINAL**

Criada por meio do Requerimento nº 609, de 2011, “com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos”.

Presidente: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Relator: Senador RANDOLFE RODRIGUES

Brasília
Novembro de 2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. OBJETIVO GERAL DA COMISSÃO	2
2. ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS	2
3. CONSOLIDAÇÃO DOS DEBATES NA COMISSÃO	3
3.1. Diligências	3
3.2. Audiência Pública	8
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	15
ANEXO – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DILIGÊNCIAS	17
6 de junho de 2011 – Diligência ao Distrito de Extrema, próximo a Vista Alegre do Abunã, em Rondônia, onde foi assassinado Adelino Ramos.	18
11 de julho de 2011 – Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, onde foram assassinados José Cláudio, Maria do Espírito Santo e Eremilton Pereira dos Santos.	27
22 de setembro de 2011 – Audiência pública no Senado Federal (Notas Taquigráficas – Extrato)	37

INTRODUÇÃO

Em 24 de maio de 2011, os líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram assassinados em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, cidade a 390 quilômetros de Belém. O casal morava no Projeto de Assentamento Extrativista (PAEX) Praia Alta Piranheira e recebia ameaças de morte desde 2008, por denunciar a ação ilegal de madeireiros na região.

Três dias depois, em 27 de maio, Adelino Ramos, conhecido como Dinho, foi assassinado em Vista Alegre do Abunã, distrito de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Dinho, sobrevivente do “Massacre de Corumbiara”, ocorrido em Rondônia em 1995, era líder do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e vinha denunciando a ação ilegal de madeireiros na região da tríplice divisa entre Acre, Amazonas e Rondônia.

Em 29 de maio, o corpo do agricultor Eremilton Pereira dos Santos, desaparecido desde o dia 26, foi encontrado no Paex Praia Alta Piranheira, a sete quilômetros de onde foram assassinados José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

O recrudescimento da violência no campo da Região Norte teve intensa repercussão, tanto em âmbito nacional como no internacional, e o Senado Federal respondeu de forma imediata. Em 30 de maio de 2011, a Senadora Vanessa Grazziotin protocolou o Requerimento (RQS) nº 609, em que demanda *a designação de uma Comissão Externa composta por 3 (três) Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José*

Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.

Integram a Comissão a Senadora Vanessa Grazziotin (AM) e os Senadores Pedro Taques (MT) e Randolfe Rodrigues (AP), todos representantes de Estados da Amazônia Legal.

1. OBJETIVO GERAL DA COMISSÃO

A Comissão Temporária Externa criada pelo RQS nº 609, de 2011 (CTECONFLITO), tem por objetivo visitar as regiões de conflito agrário na tríplice divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia e no Município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará.

Os objetivos específicos da CTECONFLITO são acompanhar as investigações dos recentes assassinatos decorrentes de conflitos agrários, a fim de evitar que a impunidade sirva de estímulo ao aumento da criminalidade na Amazônia.

Além disso, buscamos contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas efetivas, capazes de aumentar a presença do Estado e superar as causas da violência, no intuito de prevenir novos assassinatos dessa natureza, e melhorar a qualidade de vida da população.

2. ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS

Os esforços da Comissão tiveram como foco a realização de diligências às localidades onde ocorreram recentes assassinatos:

- 6 de junho de 2011 – Distrito de Extrema, próximo a Vista Alegre do Abunã, em Rondônia, onde foi assassinado Adelino Ramos.
- 11 de julho de 2011 – Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, onde foram assassinados José Cláudio, Maria do Espírito Santo e Eremilton Pereira dos Santos.

Além disso, foi realizada em 22 de setembro de 2011, no Senado Federal, uma audiência pública para *discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar “in loco” os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia*.

A reunião ocorreu por iniciativa conjunta da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM), no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (CREPAFF), no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

3. CONSOLIDAÇÃO DOS DEBATES NA COMISSÃO,

3.1. Diligências

Durante os debates travados nas diligências da Comissão, diversos aspectos relacionados com o tema foram levantados. Esta seção busca apresentar a consolidação desses debates.

Uma diferença fundamental deve ser inicialmente evidenciada. A maioria dos participantes da audiência pública em Extrema (RO) era composta por trabalhadores (poucos habitavam assentamentos do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ou ocupações irregulares), ao passo que, em Nova Ipixuna (PA), a questão se insere em projeto de assentamento extrativista do INCRA.

Contudo, o perfil dos moradores de ambas as localidades visitadas pela Comissão é semelhante. A maioria é de imigrantes, que decidiram mudar-se para a Amazônia em função de estímulos historicamente oferecidos pelo Governo Federal. Nessa época, o lema era “integrar para não entregar”.

Ocorre que, passada esse fase inicial, os imigrantes foram abandonados à própria sorte pelo Estado brasileiro. E nisso reside a principal causa da grande maioria dos problemas enfrentados pela população. Uma das obrigações do poder público é permitir que a população viva e trabalhe com segurança e tranqüilidade. Mas a atuação do Estado não tem sido suficiente para solucionar os problemas existentes. Na prática, pode-se afirmar que o Estado brasileiro não alcança aquelas regiões.

Fica a impressão de que a atuação do Estado ocorre sempre após a ocorrência de eventos de impacto. Na reunião de Nova Ipixuna, essa característica foi sintetizada por um dos participantes nos seguintes termos: “o Estado traz o caixão, mas não traz o remédio”.

A ausência do Estado gera questões de toda ordem: desde a falta de infraestrutura física (escolas, hospitais, estradas, transporte público, energia e comunicações, apenas para citar os mais óbvios) até a carência absoluta de serviços básicos (profissionais de saúde habilitados, professores, segurança pública, entre vários outros).

No Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, o fornecimento de energia elétrica é extremamente instável e a população paga altas tarifas. A fiscalização ineficiente do Estado permite, por exemplo, que a madeira explorada ilegalmente chegue aos compradores, em localidades distantes de onde é retirada.

A solução dessas questões demanda a formulação e a implantação de políticas públicas – federais, estaduais e municipais – eficientes. Contudo, a atuação da União se dá com desconhecimento da realidade local e gera uma sobrecarga para os estados e os municípios. No Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, por exemplo, foi elaborado projeto para aumentar a produtividade e agregar valor ao cultivo de mandioca, mas há quatro anos a comunidade espera por uma resposta das autoridades.

Sem a presença do Estado, a população fica sujeita à pistolagem, à lei do mais forte. Talvez o reflexo mais grave da ausência do Estado seja a sensação geral de impunidade. Não foi por acaso que Dinho foi assassinado em plena luz do dia, em local público, diante de sua esposa e de diversas testemunhas. Como se não bastasse, o assassino não demonstrou qualquer pressa em fugir da cena do crime. Apenas a certeza da impunidade – tanto do executor como do mandante do crime – pode gerar esse absurdo.

Outro fator fundamental para o clima de instabilidade social na região diz respeito à regularização fundiária, imprescindível para promover condições de vida e de trabalho dignas para a população. A ação policial, isoladamente, não é a solução dos problemas da região. Sem definição clara dos direitos de propriedade, abre-se espaço, mais uma vez, para a instauração da lei do mais forte. Mesmo no Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, muitos lotes são regularizados, mas alguns dos produtores ainda não têm título de propriedade.

O Programa Terra Legal, do Governo Federal, ainda não produziu os efeitos desejados. O Programa não dispõe de recursos humanos, técnicos e financeiros suficientes para possibilitar a implantação de estratégias robustas e consistentes de regularização fundiária na Amazônia. O INCRA, por seu turno, não cumpre a contento o seu papel institucional. Os imigrantes assentados estão abandonados à própria sorte, há mais de duas décadas. O Instituto não produz sequer o cadastramento dos assentados. No Paex Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, por exemplo, nunca houve uma reunião para informar a população a respeito das atividades permitidas no interior do assentamento. Ninguém na região tem clareza a respeito do que seja, de fato, um assentamento extrativista. A população local nunca foi instruída a respeito.

Com essa injustificável omissão do poder público, as relações sociais se deterioraram. Grupos econômicos poderosos procuram impedir a colonização da região, exercendo pressão sobre os pequenos produtores, para que abandonem a terra. As ações desses grupos, muitas vezes, ultrapassam o limite da legalidade.

No caso do assentamento liderado por Adelino Ramos, a estratégia de aterrorizar os moradores já produziu efeitos. O medo de novos assassinatos provocou uma verdadeira diáspora. Apenas cinco famílias ainda moram no local. E essa população remanescente sofre com a falta de alimentos e remédios, por exemplo. Com a morte do líder comunitário, o projeto de grande importância social tende a ser abandonado.

A situação das estradas é o retrato do caos administrativo reinante na região, uma caricatura da ineficácia do Estado. Os habitantes da porção sul do Município de Lábrea (AM) têm acesso mais fácil ao extremo

oeste do Estado de Rondônia (onde se localizam Extrema, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã e Nova Califórnia, todos distritos de Porto Velho, capital de Rondônia) do que à sede do Município, que fica ao norte. O acesso se dá por meio de trechos de estrada (denominados ramais) que ligam, de modo precário, a BR-364 ao extremo sul do Estado do Amazonas, mas que terminam no meio da floresta.

Além disso, a forma de atuação dos órgãos ambientais tem contribuído para o agravamento das tensões na região. Os produtores se sentem desrespeitados e injustiçados ante o que eles percebem como exagero nas punições aplicadas por esses órgãos, mesmo àqueles que estão em dia com as suas obrigações legais. A percepção é que os órgãos ambientais querem compensar anos de ausência com a aplicação de pesadas multas sobre os pequenos proprietários.

A concessão de licenças para exploração sustentável de recursos florestais é diretamente prejudicada por problemas fundiários. Mesmo no Paex Praia Alta Piranheira, onde a questão fundiária não é crucial, a aprovação de projetos de manejo sustentável pelo órgão ambiental estadual é difícil e demorada.

Além disso, aos bancos é vedado conceder crédito agrícola para os detentores de terras que não possuem título de propriedade. Na prática, os bancos concedem financiamento apenas para a pecuária. Os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) levam cerca de quatro anos para ficarem disponíveis e, mesmo assim, segundo denúncia dos participantes, só são liberados mediante o pagamento de propina.

A adoção de critérios rígidos para a concessão de licenças ambientais e crédito agrícola é justificável, mas não deve inviabilizar por

completo o desempenho de atividades produtivas por parte do pequeno produtor rural, da população assentada e das comunidades indígenas.

A derrubada da floresta é uma prática cultural. Nenhuma alternativa econômica foi apresentada à população. A contrapartida da não concessão de licenciamento ambiental é o aumento da incidência de atividades ilegais, realizadas à margem da legislação de proteção do meio ambiente e da garantia de condições dignas de trabalho, e que estimulam a violência no campo.

O fechamento de madeireiras sem a apresentação de alternativas econômicas à população gera fortes impactos sociais. Nesse contexto, a reformulação do Código Florestal, em tramitação no Senado Federal constitui uma excelente oportunidade para a criação de um programa governamental destinado a evitar o desmatamento e a financiar a manutenção da cobertura florestal.

Entretanto, a simples previsão legal desses instrumentos não é suficiente para a efetiva solução dos problemas existentes na região. É preciso, também, promover a educação e a capacitação da população para que ela possa adaptar-se à nova situação, sob pena de agravar ainda mais o fosso que separa a realidade local da atuação dos órgãos federais.

3.2. Audiência Pública

Em 22 de setembro de 2011, foi realizada no Senado Federal, uma audiência pública para *discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar “in loco” os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia.*

A reunião ocorreu por iniciativa conjunta da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM), no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (CREPAFF), no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Participaram da audiência os seguintes convidados:

- Claudionor Muniz, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia;
- Rafael Oliveira Claros, representante da Associação de Camponeses do Amazonas;
- Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Joaquim Belo, representante Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Durante as exposições, foram abordados os seguintes pontos:

Claudionor Muniz, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia

- Todas as circunstâncias do momento do assassinato de Adelino Ramos foram esclarecidas no inquérito policial, até porque o crime foi praticado à luz do dia, na presença de várias testemunhas.
- Ozias Vicente, apontado como autor do crime, alegou não tê-lo cometido. Mas, em conformidade com o resultado das investigações, foi expedido e cumprido mandado de prisão preventiva contra ele.

- Promotores de Justiça analisaram os autos e produziram, no prazo legal, a denúncia para iniciar a ação penal.
- Após o envio do inquérito para o Ministério Público, a Polícia Civil do Estado de Rondônia instaurou inquérito suplementar para investigar a eventual existência de mandantes do crime.
- Encerrado o prazo legal de trinta dias, a Polícia Civil encaminhou o inquérito suplementar ao Ministério Público para pedido de prorrogação de prazo.
- Entretanto, havia se instalado conflito negativo de competências entre o juízo estadual e o juízo federal. Esse conflito, conforme determinação legal, foi submetido à apreciação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, enquanto não for decidido, o inquérito suplementar ficará retido em cartório.
- O resultado prático desse impasse é duplamente prejudicial para a punição dos culpados: tanto a ação penal contra Ozias Vicente, autor do crime, como a investigação da existência de eventuais mandantes do crime estão paralisadas.
- O prolongamento da indefinição sobre a ação penal contra o autor do crime pode ensejar a libertação do preso, por excesso de prazo.
- Trata-se de uma investigação que extrapola a jurisdição da Polícia Civil do Estado de Rondônia e, desse modo, impõe a cooperação com as autoridades federais e do Estado do Amazonas.
- O Governo do Estado de Rondônia, ciente da impossibilidade de solucionar os conflitos na região apenas com medidas policiais, criou programa multidisciplinar com ações nas áreas de educação, saúde e agricultura, entre outras.

- A Força Nacional de Segurança tem na região uma equipe composta de dois delegados, dois peritos, dois escrivães e, salvo engano, seis agentes de polícia. A equipe atua no eixo Buritis–Jacinópolis–Jacilândia–Nova Mamoré–Campo Novo, que é justamente a região onde há o maior índice de inquéritos policiais que tratam de mortes relacionadas a conflitos agrários e a extração irregular de madeira. Contudo, essa presença é insuficiente para fazer frente a todos os problemas existentes na região.

Rafael Oliveira Claros, representante da Associação de Camponeses do Amazonas

- É necessário capacitar os agentes da Ouvidoria Agrária Nacional, da Polícia Federal e do IBAMA. Atualmente, as práticas adotadas pelos órgãos não garantem o anonimato das denúncias. Nem mesmo procedimentos básicos de segurança são observados, tendo em vista, por exemplo, que e-mails com denúncias – que deveriam permanecer anônimas – são encaminhados para diversas pessoas, o que coloca em risco os denunciantes.
- Houve demora exacerbada no atendimento médico de Adelino Ramos, porque não há posto de saúde em operação em Vista Alegre do Abunã. Na região da Ponta do Abunã, o único posto de saúde em funcionamento fica em Extrema.
- Além disso, o veículo que transportou a vítima foi seguido por outro veículo que impedia seu deslocamento rápido, com a clara intenção de retardar o atendimento médico de Dinho. Esse fato pode indicar a participação de outras pessoas no crime.

- A principal responsável pelo assassinato de Dinho é a inércia do Estado em solucionar os conflitos no campo.
- Hoje, a viúva e os filhos de Adelino Ramos estão protegidos pelo Programa de Proteção a Testemunhas da Polícia Federal, com paradeiro desconhecido.

Jayne Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

- O mais importante para a OAB, nesse contexto, é a questão da impunidade, pois os crimes só proliferam porque há a impunidade, há uma aposta na convicção de impunidade por parte dos mandantes, sobretudo. Os executores são, o mais das vezes, pessoas também humildes, que têm de ser punidas, mas são meramente agentes de uma ação criminosa orquestrada.
- O travamento da ação policial desestimula os policiais envolvidos na investigação.
- Muitos dos agricultores vítimas de crimes não podem pagar um advogado. Nesse contexto, deve-se fortalecer a Defensoria Pública. A falta da Defensoria Pública acarreta negativa de acesso à Justiça; acarreta negativa do exercício de outro direito fundamental, que é o direito à defesa.
- A OAB pediu o primeiro caso de federalização relativo ao crime que envolvia a morte de um advogado em Pernambuco, Manoel Mattos. Infelizmente, isso não foi conseguido no caso da missionária Dorothy Stang. É possível estudar se alguns dos crimes acompanhados pela Comissão podem ser objeto de pedido de federalização ao Superior Tribunal de Justiça.

- Hoje, quando alguém pede a reintegração ou a manutenção de sua posse, ou seja, quando sua posse está sendo esbulhada ou turbada, o Juiz pode, liminarmente, mandar reintegrar ou manter a posse, desde que a petição inicial do autor ou do proprietário, ou do posseiro, esteja devidamente instruída. Isso é muito vago. Muitas vezes há determinação de reintegração e manutenção de posse sem haver essa comprovação do direito líquido e certo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário propõe uma alteração nos arts. 927 e 928 do Código de Processo Civil, para obrigar o Juiz a, em todos os casos, realizar uma inspeção no local para ver se realmente aquilo que está dito pelo autor, pelo proprietário ou pelo posseiro, é verdade e não simplesmente, de maneira liminar, muitas vezes sem se acautelar, determinar a expulsão com a reintegração de posse ou manutenção de posse de famílias, às vezes, dezenas, centenas ou milhares de pessoas daquela localidade.

Joaquim Belo, representante Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

- O problema hoje enfrentado é de Estado, mas principalmente de sociedade. A ausência do Estado não dá o direito de tirar a vida de ninguém. A inexistência de policiamento não autoriza a instalação da lei do mais forte.
- O Estado precisa estar mais presente na Amazônia. De modo geral, no interior da Amazônia as escolas não funcionam; o professor não quer ficar no meio rural. A periferia do Estado fica abandonada, porque as políticas públicas não conseguem fortalecer o conjunto dos Municípios. Sem isso, prevalece a violência, o descontrole total.

- Historicamente, a violência na Amazônia esteve sempre ligada à questão fundiária. Contudo, há cerca de cinco anos, essa configuração vem mudando, ela não se trata mais de uma questão simplesmente fundiária. A disputa hoje é pelo controle dos recursos. Tanto é assim que muitas mortes acontecem em áreas já legalizadas. Mas como o Estado não tem políticas para o setor, a ilegalidade gera a violência.
- O Estado se organiza, muito mal, para cuidar da agricultura familiar nos 20% da Amazônia não definidos como área de preservação permanente. O setor dos ativos florestais fica abandonado. Onde não se tem uma política forte para o setor dos ativos florestais, ele fica muito vulnerável à exploração clandestina, que traz consigo a violência. Nesse contexto, o combate da violência tem de ser focado em políticas públicas sérias. O controle e o policiamento são um complemento, mas as políticas públicas devem ser o carro chefe do processo.
- Deve haver um esforço maior para que o Estado crie políticas para o setor florestal, madeireiro e não madeireiro, a fim de eliminar o velho discurso de que a floresta é um empecilho ao desenvolvimento.
- Apesar de ter sido criada uma política específica para regularizar as terras na Amazônia, os esforços estão muito aquém das necessidades. O Estado desconhece quanto custaria a regularização de terras na região.
- A regional do Pará do Conselho Nacional das Populações Extrativistas tem acompanhado de perto as investigações dos assassinatos em Nova Ipixuna.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O principal resultado da Comissão foi verificar a necessidade de ampliar a presença do Estado, com vistas a restaurar o Estado de Direito na região. A presença do Estado deve ser garantida por meio da adoção de políticas públicas e medidas concretas destinadas a:

- Promover a regularização fundiária, aprimorar a atuação do INCRA e coibir a concentração fundiária em projetos de assentamento;
- Alterar o Código de Processo Civil, para obrigar o Juiz a, nas ações manutenção e reintegração de posse, realizar inspeção local para averiguar os fatos alegados.
- Estabelecer prazo para o Programa Terra Legal cumprir seus objetivos a contento;
- Estimular a agricultura, com a redução da burocracia, em especial para os pobres, garantindo-se uma área mínima para que cada família pudesse implantar agricultura mecanizada;
- Estabelecer um prazo para a liberação de licenças ambientais para as atividades econômicas, pois a subsistência da população depende dessas atividades;
- Implantar a infraestrutura e os serviços necessários para melhorar a qualidade de vida da população e facilitar o escoamento da produção agropecuária e extrativista;
- Punir aqueles que estiverem em situação irregular, mas sem inviabilizar as atividades econômicas do restante da população.

- Combater a criminalidade, com o intuito de eliminar a sensação geral de impunidade;
- Efetuar um diagnóstico preciso da situação, para possibilitar o planejamento das atividades econômicas na região;
- Promover diálogo que envolva toda a população, destinado a implementar um plano de desenvolvimento integrado em cada município da região. A iniciativa desse diálogo deve partir igualmente da respectiva Prefeitura e da sociedade civil organizada. Todos devem pensar em como contribuir para o desenvolvimento do município.
- Estudar a anistia ou a redefinição das multas aplicadas pelos órgãos ambientais;
- Relacionar os processos judiciais relacionados a crimes no campo que estão paralisados nos tribunais, para provocar o Conselho Nacional de Justiça no sentido de averiguar desvios de conduta por parte de alguns juízes;
- Estudar a situação das Defensorias Públicas nos estados da região;
- Propor a celebração de Termo de Ajuste de Conduta entre os produtores e os órgãos federais, no que se refere ao desmatamento no Paex Praia Alta Piranheira;

Anexo

Audiências Públicas e Diligências

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA (RQS nº 609, de 2011)

Relatório de Diligência

6 de junho de 2011 – Visita à Localidade de Extrema, distrito de Porto Velho, em Rondônia

A Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento (RQS) nº 609, de 2011, tem por objetivo visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no Município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

Em 6 de junho de 2011, a Comissão cumpriu a primeira etapa de seus trabalhos, com a realização de diligência à localidade de Extrema, distrito de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Extrema fica próximo ao distrito de Vista Alegre do Abunã, onde foi assassinado o ambientalista e líder comunitário Adelino Ramos, conhecido como Dinho.

A Comissão foi representada pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues. Participou também da visita o Senador Valdir Raupp.

Além de realizar audiência pública, que contou com a participação de moradores das diversas localidades da região e de representantes da sociedade civil organizada, a Comissão reuniu-se com o delegado da Polícia Civil, o delegado da Polícia Federal e o representante do Ministério Público Federal com jurisdição sobre a região.

Durante a diligência, foram abordados os seguintes pontos:

Objetivos da diligência

- O objetivo da visita da comitiva de quatro Senadores à região é identificar meios de promover a melhoria da qualidade de vida da população local.
- A diligência da Comissão tem três objetivos principais: (i) ouvir os trabalhadores assentados nas áreas de potencial conflito; (ii) contribuir no esforço para demonstrar a presença do Estado; e (iii) identificar as possíveis causas de conflito agrário na região.

Características da região

- O extremo oeste do Estado de Rondônia está inserido em uma tríplice divisa, onde se encontram os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Além disso, fica muito próxima à fronteira com a Bolívia.
- Os habitantes da porção sul do Município de Lábrea (AM) têm acesso mais fácil ao extremo oeste do Estado de Rondônia (onde se localizam Extrema, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã e Nova Califórnia, todos distritos de Porto Velho, capital de Rondônia) do que à sede do Município, que fica ao norte. O acesso se dá por meio de trechos de estrada (denominados ramais) que ligam a BR-364 ao extremo sul do Estado do Amazonas, mas que terminam no meio da floresta.
- A população da região é composta por imigrantes que para lá foram com o estímulo dos órgãos do Governo Federal. No entanto, essas pessoas estão, hoje, abandonadas à própria sorte e sujeitas à pistolagem.

- Duas questões atormentam a população local: a impunidade e a ausência do Estado.
- O clima de instabilidade instalado na região demanda a ação rápida do Estado, com o objetivo de evitar mais mortes de ambientalistas e líderes comunitários na região Norte do Brasil.
- A região não dispõe de operadoras de celular. O sinal de celular é importante, mas mais importante é garantir dignidade à população local, com terra, escolas e hospitais.
- Várias são as carências enfrentadas pela população: energia, estradas, posto de saúde com profissionais habilitados, transporte público e segurança pública, entre outras.
- A emancipação da localidade, com a criação de um novo Município, é o anseio da região de Extrema.
- As estradas são o retrato do caos administrativo que a região enfrenta, com a total ausência do Estado.
- Os bancos estão impedidos de conceder crédito agrícola para os detentores de terra que não possuem título de propriedade.
- No ramal Mendes Júnior, a comunidade construiu sete escolas. Uma delas já havia sido construída pelo proprietário original da área. Os alunos, no entanto, são muito carentes; só há merenda escolar, por exemplo, quando doada por algum empresário da região.
- As comunidades indígenas não podem usufruir das riquezas florestais que existem nas suas terras, pois os órgãos ambientais não concedem licença para o manejo florestal. Contudo, a exploração é feita de modo irregular por madeireiras invasoras.

- Atualmente, restam apenas cinco famílias no ramal onde morava Adelino Ramos. O medo fez com que as pessoas saíssem do assentamento.

Dados da vítima

- As vítimas dos assassinatos ocorridos em Rondônia e no Pará, objeto de investigação da Comissão, possuem características semelhantes.
- Adelino Ramos vivia no Município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas, há cerca de dois anos.
- Adelino Ramos foi executado às vistas de todos e em plena luz do dia. Isso demonstra a certeza da impunidade por parte do mandante e do executor do homicídio.
- Adelino Ramos foi morto em função da ausência do Estado na região. Grupos econômicos não querem que a região seja colonizada. Esses grupos exercem forte pressão sobre os pequenos produtores, para que abandonem suas terras.
- A elucidação do assassinato de Adelino Ramos terá um efeito preventivo, que inibirá a execução de novos crimes na região.
- O projeto conduzido por Adelino Ramos em Lábrea (AM) possuía grande importância social. Com a morte do líder comunitário, o projeto tende a ser abandonado, em razão da falta de lideranças substitutas. A população permanece isolada e sem alimentação. Adelino Ramos tencionava instalar em breve uma escola no assentamento.

Características dos participantes da audiência pública

- Cerca de 70% dos participantes da audiência pública vive e trabalha no Estado de Rondônia. Os demais 30%, aproximadamente, vive e trabalha no Estado do Amazonas.
- A maioria dos habitantes de Rondônia participantes da audiência pública mora em Extrema. Poucos, em Vista Alegre do Abunã e muito poucos, em Nova Califórnia.
- Do Estado do Amazonas, participaram moradores dos ramais: Jequitibá, do Boi, Mendes Júnior, Eletrônica, Remansinho, Castanheira, do Jacaré, Areia Grossa e Linhas 1, 2, 4 e 5.
- Participou da audiência pública uma representante de comunidade indígena. Ela representava cinco comunidades indígenas.
- A maioria dos participantes da audiência pública é de trabalhadores. Poucos são os que moram em assentamentos do INCRA ou em ocupações irregulares.
- Boa parte dos participantes da audiência pública não conhecia Adelino Ramos pessoalmente.

Providências já tomadas

- Os assassinatos dos líderes comunitários deram ensejo a reunião da Presidente da República com cinco Ministros de Estado e os Governadores de Rondônia, Amazonas e Pará.

Possíveis soluções

- A restauração do Estado de Direito é um aspecto fundamental da solução dos problemas da região.

- Duas dimensões fundamentais da solução da questão da violência no campo na região são a regularização fundiária e a reforma profunda do Código Florestal.
- A ação policial, apenas, não será suficiente para resolver os problemas da região. É preciso solucionar a questão fundiária (registro em cartório das propriedades) e produtiva, bem como conceder o licenciamento ambiental para a exploração sustentável de recursos florestais.
- A regularização fundiária é importante para possibilitar ao povo viver e trabalhar com decência.
- A reformulação do Código Florestal é um ponto crucial para o desenvolvimento da região sul do Amazonas e da ponta do Abunã.
- Outro aspecto da solução é a criação de um programa governamental para evitar o desmatamento e financiar a manutenção da cobertura florestal. Essa estratégia deveria estar inserida na reformulação do Código Florestal.
- Uma das possíveis soluções para aumentar a presença do Estado na região seria a emancipação do distrito de Extrema, com a criação de um novo Município. Essa emancipação já foi aprovada em plebiscito junto à população afetada, mas ainda não foi editada a necessária lei federal.
- A área de terra é suficiente para todos os habitantes, mas é preciso organizar a ocupação e promover a regularização fundiária. Há terras para todos, mesmo que somente sejam aproveitadas as áreas já

desmatadas. Contudo, é necessário garantir educação para que a população possa utilizar a floresta de modo sustentável.

- É preciso promover a regularização fundiária também na cidade, bem como a construção de infraestrutura física para o beneficiamento da produção rural.

Programa Terra Legal

- Até hoje, o Programa Terra Legal, do Governo Federal, é inoperante na região.
- O Programa não dispõe de recursos humanos suficientes para atender às necessidades da região. É necessário promover o georreferenciamento da região, com o objetivo de facilitar a regularização fundiária.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

- O INCRA não cumpre as suas atribuições. Os assentados são, na verdade, abandonados pelo Estado. Cabe ao Senado Federal fiscalizar a atuação do órgão.
- O lema original que simbolizava a ocupação da região (“ocupar para não entregar”) foi substituído pelo total abandono dos imigrantes por parte do Estado, que já se verifica há aproximadamente 25 anos.
- É necessária a presença do Estado na região. O INCRA não dispõe de cadastro dos assentados e não resolve os problemas que existem. Na inexistência de títulos de propriedade, prevalecem os interesses dos agentes de maior poder econômico.

- O ramal Massa Preta consiste no antigo seringal Santo Antônio. Há anos a comunidade vem buscando uma solução para a regularização fundiária junto ao INCRA.
- Com a omissão do INCRA, as relações sociais se deterioraram.

Atuação dos órgãos ambientais

- As ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) têm deixado o clima tenso na região.
- Verifica-se um exagero nas punições aplicadas pelos órgãos ambientais. É preciso tratar com o devido respeito os produtores que se encontram em dia com suas obrigações legais, o que não vem ocorrendo.
- É preciso conceder o licenciamento ambiental para a exploração sustentável dos recursos florestais. Contudo, as dificuldades de licenciamento ambiental decorrem de problemas fundiários.
- Em 3 de junho de 2011, foi encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas um projeto de lei que institui o Programa Amazonas Legal, que prevê a suspensão do embargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) às propriedades rurais do sul do Estado, a partir do cadastramento ambiental rural (cadastramento das propriedades).
- O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) possui equipe reduzida, mas novas contratações serão realizadas, para atender às demandas da região. Não se pode esperar a regularização fundiária para, somente depois, levar políticas públicas à região.

Brasileiros expulsos da Bolívia

- Habitam a região diversos brasileiros que foram recentemente expulsos da Bolívia e tiveram seu patrimônio tomado naquele país. Essa situação já foi denunciada às autoridades competentes, mas nenhuma medida foi adotada até o momento. Essa é mais uma face da omissão do Estado na região.

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA (RQS nº 609, de 2011)

Relatório de Diligência

11 de julho de 2011 – Visita à Localidade de Nova Ipixuna, no Pará

A Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento (RQS) nº 609, de 2011, tem por objetivo visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no Município de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e de Eremilton Pereira dos Santos.

Em 11 de julho de 2011, a Comissão cumpriu a segunda etapa de seus trabalhos, com a realização de diligência no Município de Nova Ipixuna, no Estado do Pará. Mais precisamente, a comitiva visitou o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Praia Alta Piranheira, onde foram assassinados Jósé Cláudio e Maria do Espírito Santo. Na ocasião, foi realizada audiência pública que contou com a participação de moradores das diversas localidades da região e de representantes da sociedade civil organizada.

A Comissão foi representada pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Randolfe Rodrigues. Participou também da visita o ex-Senador José Nery.

Durante a diligência, foram abordados os seguintes pontos:

Observações gerais

- Uma das obrigações do poder público é permitir que a população viva e trabalhe com segurança e tranqüilidade. Embora se verifique a atuação do Estado, ela não tem sido suficiente para solucionar os problemas da região.
- A atuação do Estado ocorre sempre após eventos de impacto: “o governo traz o caixão, mas não traz o remédio”.
- A fiscalização ineficiente do Estado permite que a madeira explorada ilegalmente chegue aos compradores, bem longe do local em que é retirada.
- Faltam políticas públicas – federais, estaduais e municipais – no Município e, em especial, no PAE Praia Alta Piranheira. O brasileiro não quer Bolsa-Família, quer emprego digno.

Objetivos da diligência

- A Comissão optou por visitar o PAE Praia Alta Piranheira para sentir de perto a realidade dos habitantes da localidade.

Inquérito policial

- O inquérito policial dura cinquenta dias e já ouviu cerca de sessenta pessoas. Tramita em segredo de justiça e deverá ser concluído até o dia 15 de julho de 2011, quando será remetido ao Poder Judiciário.

Características da região

- A população encontra-se sem amparo e sem recursos, tais como alimentação, saúde, segurança, estradas, entre outros. Sem apoio do

Estado, em qualquer das três esferas de governo, os colonos vivem em dificuldade.

- A falta de apoio ao assentamento gera sobrecarga para o Estado e para o Município. A União atua com desconhecimento da realidade e dos problemas locais.
- A derrubada da floresta é uma necessidade da população local. Sem isso, não há possibilidade de sobrevivência.
- Muitos lotes são regularizados no PAE, mas alguns ainda não têm título de propriedade.
- Não existe definição clara a respeito da pessoa designada para ser um interlocutor com o PAE.
- A Prefeitura de Nova Ipixuna recebe cerca de R\$ 100 milhões em *royalties* pagos pela Eletronorte, mas isso não se reverte em investimentos na agricultura familiar.
- Há um projeto para o PAE, que prevê a aquisição de um trator, para mecanização da lavoura; um caminhão, para escoamento da produção; uma farinheira, para agregar valor à produção de mandioca; e uma moto, para possibilitar deslocamentos mais rápidos. Esse projeto foi encaminhado ao governo há cerca de quatro anos, mas a comunidade ainda não obteve resposta.
- Na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará tramitam, há cerca de quatro anos, 48 solicitações de aprovação de projetos de manejo florestal; mas nenhum obteve aprovação. É preciso promover a regularização desses projetos.

- Máquinas e equipamentos
 - Só há um caminhão à disposição do PAE para possibilitar o escoamento da produção.
 - O PAE dispõe de um trator pequeno, o que é insuficiente para as necessidades do assentamento.
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
 - A política do governo está equivocada. Os bancos, por exemplo, só concedem financiamento para a pecuária. Mesmo para a criação de gado, os recursos do Pronaf levam quatro anos para liberação. E mesmo assim, segundo informações, somente são liberados mediante o pagamento de propina. De forma legal, os recursos não são liberados.
- Energia
 - Na área do PAE, existem 105 famílias sem acesso a energia elétrica.
 - As contas de energia elétrica dos moradores da região estão em torno de R\$ 450,00, o que é um absurdo em relação ao consumo verificado. Uma casa fechada, que só é usada durante o dia, tem conta de luz de R\$ 200,00, cobrada pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA). Além disso, toda noite falta energia.

- Estradas

- Os agricultores familiares que trabalham no PAE não dispõem de infraestrutura para o escoamento e a venda da produção excedente. Falta também assistência.
- As estradas do PAE são precárias e muitas das pontes, perigosas. Há necessidade de implantar 50 km de estradas; outros 100 km precisam de recuperação. Desde 2006, não foram destinados recursos para a construção e reforma das estradas no PAE.
- A construção e a manutenção de pontes no assentamento são feitas pelo INCRA, em parceria com a Prefeitura de Nova Ipixuna.
- A ponte onde ocorreu o assassinato do casal de líderes comunitários continua danificada.

- Educação

- A população não encontra condições de estudo em Nova Ipixuna.

Dados das vítimas

- O casal de líderes comunitários assassinado defendia a distribuição mais equitativa da terra e a geração de renda mediante a agregação de valor aos produtos oriundos da floresta em pé.
- O lema do líder comunitário José Cláudio era “floresta em pé e seus moradores também em pé”.

Possíveis soluções

- Promover intervenção do Estado no PAE Praia Alta Piranheira, englobando as três esferas de governo. Caso contrário, mais pessoas morrerão: se não for por assassinato, será por fome.
- Efetuar um diagnóstico preciso da situação atual, para possibilitar o planejamento das atividades econômicas na região.
- Promover um diálogo que envolva toda a população, destinado a implementar um plano de desenvolvimento integrado para o Município. A iniciativa desse diálogo deve partir igualmente da Prefeitura e da sociedade civil organizada. Todos devem pensar em como contribuir para o desenvolvimento do Município.
- Punir aqueles que estiverem em situação irregular. Mas a atuação do Estado não pode inviabilizar as atividades do restante da população.
- Promover o fim da impunidade: prender os responsáveis pelos assassinatos na região e garantir a presença do Estado. Essa é uma questão que diz respeito a toda a região Sul e Sudeste do Estado do Pará.
- Garantir investimentos na agricultura mecanizada, com a redução da burocracia, em especial para os pobres. Seria importante garantir 1 alqueire de terra para que cada família pudesse implantar agricultura mecanizada.
- Promover a anistia das multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Adotar medidas para coibir a concentração fundiária em projetos de assentamento.

- No PAE Praia Alta Piranheira, 40% da área está desmatada. Será necessário firmar um termo de ajuste de conduta com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o IBAMA e o governo do Estado.
- Uma das possíveis soluções para a ausência do Estado na região é a subdivisão do Estado do Pará, atualmente em estudo.

Programa Terra Legal

- O Programa Terra Legal vem realizando o levantamento georreferenciado da gleba Geladinho, onde está localizado o PAE Praia Alta Piranheira. Além de Nova Ipixuna, a gleba abrange os Municípios vizinhos de Jacundá e Marabá.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

- O INCRA funciona no assentamento com quatro técnicos e duas viaturas e procura trabalhar em parceria com a Prefeitura.
- O INCRA não tem estrutura suficiente para atender ao PAE. Alguns veículos do Instituto não têm pneu estepe, por exemplo.

Atuação dos órgãos ambientais

- Foi registrada a ausência de representantes do IBAMA na reunião.
- A atuação do IBAMA é arbitrária. O Estado quer compensar anos de ausência com a aplicação de multas aos pequenos proprietários.
- Os habitantes do PAE precisam ser informados a respeito do conteúdo das leis ambientais. Sem medidas educativas, qualquer ação policial é arbitrária.

- Nunca houve uma reunião para instruir a população a respeito das atividades permitidas no interior do PAE. Ninguém na região tem clareza a respeito do que seja, de fato, um assentamento extrativista. A população local nunca foi instruída a respeito.
- É preciso adotar estratégias alternativas de geração de emprego e renda. Somente após isso o Estado poderia promover o fechamento das madeireiras.
- Algumas propriedades dispunham de fornos para a produção de carvão, cuja instalação havia sido autorizada pelo IBAMA. Posteriormente, todavia, o Instituto proibiu essa instalação e multou as propriedades que tinham tais fornos.
- O IBAMA aplica multas abusivas, cujo valor varia de R\$ 1 mil a R\$ 85 mil. Um produtor foi multado em R\$ 15 mil por ter aberto uma área de 0,5 alqueire na mata para o plantio de arroz e mandioca para subsistência. Os produtores, claramente, não têm condições de pagar essas multas.
- É preciso estabelecer um prazo para a liberação das licenças ambientais para as plantações. Há pessoas passando fome na região.

Outras reivindicações

- O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Ipixuna apresentou documento do qual constam as seguintes reivindicações:
 - Construção de 100 km de estradas;
 - Recuperação das estradas do PAE;

- Construção de 100 casas;
 - Assistência técnica permanente no PAE;
 - Liberação de, no mínimo, 100 créditos do Pronaf;
 - Liberação das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os produtores agroextrativistas;
 - Retomada da regularização de lotes;
 - Adoção de medidas para coibir a concentração fundiária no PAE;
 - Permanência da fiscalização do IBAMA e da SEMA;
 - Implantação de projeto de reflorestamento com a implantação de campo de produção de mudas – viveiro PAE;
 - Agilização da aprovação dos projetos de manejo florestal;
 - Implantação do ensino médio no PAE;
 - Implantação de um projeto de agricultura mecanizada;
 - Implantação de um projeto de farinheira estruturada;
 - Implantação da energia trifásica para o funcionamento da movelearia;
 - Conclusão do programa Luz para Todos;
 - Projeto de apoio ao grupo de mulheres que produz cosméticos com andiroba e castanhas no PAE.
-
- Documento apresentado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) apresenta as seguintes reivindicações:

- Assentamento imediato de oito mil famílias acampadas e em áreas ocupadas na área de abrangência da 27^a Superintendência Regional do Incra (SR-27) em 2011;
- Construção, em 2011, de 3 mil km de estradas nos 503 assentamentos existentes no Brasil;
- Recuperação, em 2011, de 10 mil km de estradas existentes nos 503 assentamentos existentes no Brasil;
- Fazer chegar luz elétrica nas casas de 18 mil famílias na área da SR-27;
- Licenciar, em 2011, 103 assentamentos em locais a serem indicados pelos movimentos sociais da região;
- Garantir a universalização da assistência técnica na área da SR-27;
- Garantia de segurança para os ameaçados de morte;
- Prisão dos assassinos e mandantes dos crimes contra trabalhadores rurais;
- Fim da violência e da impunidade no campo;
- Fim da grilagem de terras.

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA (RQS nº 609, de 2011)

Notas Taquigráficas – Extrato

22 de setembro de 2011 – Audiência pública no Senado Federal

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimento, declaro aberta a 4^a Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia em conjunto com a 13^a Reunião da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata para sua aprovação. Refiro-me à ata da 3^º Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Gostaria, antes de passar à pauta, de comunicar que essa audiência pública, na realidade, foi uma iniciativa tomada por duas subcomissões que tratam de assuntos relativos à Amazônia: a Subcomissão, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, coordenada por mim, e a Subcomissão, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, coordenada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

O comunicado que faço é que o Senador Mozarildo Cavalcanti aqui não está porque não veio a Brasília esta semana em decorrência de compromissos políticos assumidos no Estado de Roraima.

Aproveitamos as atividades dessas duas Subcomissões para debatermos um tema que é objeto de uma comissão externa do Senado Federal que foi fazer visitas e uma análise a respeito dos assassinatos cometidos no campo – uma sequência de assassinatos, dois entre os quais tiveram maior destaque. Foram os assassinatos do Sr. Dinho, no Estado de Rondônia, na divisa com o Amazonas, e o assassinato do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, no Pará. Este assassinato no Pará ocorreu no dia 24 do mês de maio; e, no dia 27, menos de uma semana depois, do mesmo mês de maio, ocorreu o assassinato do Líder camponês Adelino Ramos, o Dinho.

Estivemos em visita às duas áreas, na confluência entre Amazonas e Rondônia. Fomos ao Amazonas e Rondônia e estivemos também no Pará, exatamente no assentamento de Nova Ipixuna, trabalhando e debatendo esse assunto.

Então, fizemos alguns convites hoje para que pudéssemos ouvir algumas pessoas a respeito não só do inquérito, dos procedimentos para a busca dos assassinos e dos mandantes, para que a gente possa fazer uma análise do desenrolar da questão judicial, penal, mas também tomar medidas que os casos suscitaram.

Logo após esses assassinatos houve algumas reuniões no Palácio do Planalto, sendo uma delas coordenada pela própria Presidente Dilma, que contou com a participação de três Governadores (Rondônia, Amazonas e Pará). Lá foram determinadas medidas que deveriam ser adotadas.

Então, esta audiência pública tem um pouco esse objetivo: fazermos um balanço do que foi feito de lá para cá, ou seja, desde que alguns meses já se passaram – maio, junho, julho e agosto. São quase quatro meses. Então, que possamos fazer um balanço e fecharmos o relatório.

O Senador Randolfe, que está a caminho, é o Relator da Comissão Externa. S. Ex^a deverá aproveitar esta audiência para elaborar o seu relatório.

Quero, neste momento, conforme a pauta distribuída a todos, convidar, para compor a mesa, o Sr. Claudionor Muniz, Diretor-geral da Polícia Civil, representando, neste ato, o Governador do Estado de Rondônia. (*Pausa.*)

Quero convidar também o Dr. Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Pausa.*)

Quero convidar o Sr. Rafael Oliveira Claros, representante da Associação de Camponezes do Amazonas, que atuou e atua ainda, salvo engano, como advogado em um dos casos, o caso que envolve o Sr. Adelino Ramos. (*Pausa.*)

Quero informar que o Sr. Joaquim Belo, que representa o Conselho Nacional de Seringueiros, vem do Pará. S. S^a seria a pessoa mais vinculada ao caso do Pará. S. S^a está a caminho. Já está aqui; entretanto entrou no prédio da Câmara dos Deputados, perdeu-se e teve de voltar. É onde está hospedado, mas o Senado já o está resgatando.

Quero comunicar a presença do Dr. Fernando e cumprimentá-lo. (*Pausa.*)

Vamos dar início à nossa audiência. Podemos começar com o Dr. Claudionor Muniz.

O período gira em torno de 15 minutos, mas, se o senhor puder fazer uma exposição sucinta...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Bom dia a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da mesa e aqueles que estão aqui.

Uma vez ocorrido o crime da vítima Adelino Ramos, a Polícia Civil do Estado de Rondônia encaminhou ao local uma equipe da Delegacia de Homicídios para acompanhar e servir de apoio nas diligências com o objetivo de apurar a autoria. Então, tínhamos duas equipes: uma equipe conhecia o local de forma bastante ampla, a equipe da Delegacia de Extrema, que atua na região de Vista Alegre do Abunã e aquelas outras regiões que existem na divisa entre os Estados de Rondônia e do Amazonas. Essa equipe acaba, também, servindo de apoio à região de Lábrea. Então, as duas equipes trabalharam conjuntamente. Instaurou-se o inquérito policial. Foram identificadas testemunhas. Todas as circunstâncias do crime, do momento do crime, foram esclarecidas. Até porque o crime foi praticado à luz do dia, na presença de testemunhas, que foram todas ouvidas. Foram submetidas ao reconhecimento, no caso, do suspeito infrator. Então, tivemos um pedido de prisão preventiva e o cumprimento do mandado de prisão preventiva de Ozias Vicente, o autor do crime.

Para os senhores entenderem um pouco do cenário, do pano de fundo do crime, tanto Ozias quanto Dinho estavam em conflito por conta de uma área de terra na região de Lábrea, Estado do Amazonas, há algum tempo. Ozias, por pertencer à família Machado, se sentia injustiçado porque estava naquele área há muitos anos, há mais de 11 anos. Sentiu-se esbulhado pelo movimento que lá então passou a lutar pela terra. Em decorrência disso iniciou-se o conflito. Ele realmente ganhou corpo no momento de uma discussão sobre a extração irregular de madeira na região.

O próprio Ozias Vicente teria comentado, na região de Lábrea, que pretendia matar Dinho e, com isso, por fim àquele movimento. Então, as provas foram colhidas nesse sentido, ou seja, não somente a prova testemunhal, mas aquilo que aconteceu antes, os episódios que aconteceram antes disso.

O estopim, digamos assim, da morte teria sido o fato de Dinho, Adelino Ramos, ter indicado locais de extração irregular de madeira, que era praticada por Ozias e outros. Houve apreensão de madeira por parte de uma operação executada pelo Ibama.

Então, logo em seguida à execução dessa operação, que foi exitosa, com a apreensão de caminhões de madeira, Ozias decidiu matar o líder camponês, o que acabou acontecendo em uma sexta-feira, no período da manhã, em horário bem cedo, na presença de testemunhas.

Ozias Vicente encontra-se preso. Foi interrogado. Negou o crime. Inclusive, alegou um alibi, dizendo que sequer estava naquele local, que estaria trabalhando na construção de uma casa que possui na cidade de Vista Alegre do Abunã.

Nas oitivas das testemunhas, ou seja, dos vizinhos a essa construção, a essa casa, conseguiu-se apurar que ele não esteve naquele local, principalmente no horário em que ocorreu o homicídio. A única pessoa que tenta sustentar essa versão é a esposa dele, a esposa do suspeito infrator, Ozias Vicente.

O inquérito foi relatado, senhores, no prazo legal de dez dias. Uma vez decretada a prisão preventiva a Polícia Civil tinha um prazo de dez dias para conclusão do inquérito. Então, nesse prazo, as duas equipes – a Delegacia de Extrema, a Delegacia Especializada de Crimes de Homicídios – conseguiram ouvir o maior número de testemunhas possível para concluir o inquérito, tentando levantar as circunstâncias. E, em decorrência disso, o inquérito foi relatado.

Digo a todos que o inquérito foi denunciado no prazo legal; dois Promotores analisaram os autos e produziram a denúncia para iniciar a ação penal.

Aqui cabe um registro, porque a Delegacia de Polícia de Extrema instaurou outro inquérito, um inquérito suplementar a este, para prosseguir na apuração de eventual mandante. É bem verdade que Ozias Vicente...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há outro inquérito?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Há outro inquérito tramitando, mas eu vou chegar ainda em que momento está esse inquérito.

Então, concluído esse inquérito, o que está aqui em meu poder, ele foi remetido ao Ministério Público, e uma cópia foi, então, extraída para o prosseguimento da investigação com o objetivo de tentar levantar eventuais mandantes do crime ou fechar então a prova. Se foi somente o Ozias Vicente... Como autor direto, foi somente o Ozias, ele não estava acompanhado de uma terceira pessoa; no local somente ele estava no momento. Mas, para apurar eventual mandante, já que havia interesses, lá na região

de Lábrea, de outros madeireiros, de outras pessoas com interesse na terra, então instaurou-se para continuar a apuração.

O que eu posso dizer aos senhores?

Esse segundo inquérito estava em tramitação, ou seja, continuou-se a fazer as oitivas de testemunhas, entre outras diligências e procedimentos policiais, só que, quando se chegou ao prazo de 30 dias, foi remetido ao Ministério Público para pedido de prazo para complementação das diligências. Foi neste momento em que a Polícia Civil tomou conhecimento de que a ação penal que estava na Justiça estadual teria sido remetida ao Juízo Federal, porque o Ministério Público que havia denunciado peticionou o Juiz, que entendia que a competência, neste caso específico, era da Justiça Federal. E os autos – então, o inquérito com a denúncia – foram remetidos à Justiça Federal para que, no caso, Ozias Vicente fosse julgado perante a Justiça Federal.

Acontece que o Juiz Federal também entendeu que não era competente, e agora estabeleceu-se o conflito negativo de competência. Em decorrência disso, senhores, essa ação está paralisada porque foi remetido o assunto a discussão para o STJ.

Esse é um fato que me preocupa, como autoridade, como Diretor de Polícia Civil do meu Estado, porque nós temos um autor onde a Polícia Civil sustenta que há provas suficientes do envolvimento direto dele na morte do líder camponês, mas a ação está aguardando uma decisão do STJ, e pode culminar com excesso de prazo e eventual soltura dele. Esse é um ponto.

Ai, para agravar a situação, Senadora, quanto à cópia do inquérito que foi remetida ao Ministério Público, decidiu-se que ela deveria permanecer em cartório da Justiça Federal enquanto se decide qual é o juízo competente. Ou seja, ai nós ficamos sem um inquérito, uma vez que, por ora, o inquérito está em cartório na Justiça Federal.

Então, a Polícia Civil iniciou uma investigação, concluiu a investigação no prazo legal, encaminhou para o Ministério Público, foi para a Justiça Estadual; a Justiça Estadual remeteu para a Federal; a Justiça Federal decidiu que era incompetente. E esta matéria está sendo discutida no STJ. Não sabemos em que prazo isso será solucionado, e, para agravar a situação, a investigação que fazia parte complementar, no que diz respeito aos mandantes, está então em cartório, aguardando o deslinde no STJ.

Obviamente que, na polícia, independente do inquérito original estar naquela circunstância, algumas diligências persistem, mas é um caso que nos preocupa tanto pelo fato de haver a possibilidade do autor ter êxito num pedido de *habeas corpus*, por exemplo, por excesso de prazo, como também a ter uma certa dificuldade na colheita de provas, considerando que as peças originais do inquéritos se encontram no Poder Judiciário.

Então, existe essa investigação. E é importante destacar que a Polícia Civil passa por um momento de grande troca de informações com a Polícia Federal; a Polícia Civil chegou nesse resultado graças a um trabalho em conjunto com a Polícia Federal. Os dois setores de inteligência trocam informações constantes, e é por isso que conseguimos lograr a conclusão desse inquérito e, também, temos algumas informações bastante interessantes no inquérito suplementar, que poderá levar a outras pessoas envolvidas, mesmo que não seja na morte direta da vítima Dinho, levará, com certeza, à prática de crimes contra o meio ambiente ou, até mesmo, à formação de quadrilha instalada naquela região.

Na verdade trata-se de um inquérito que extrapola o Estado de Rondônia, porque o evento morte foi no Estado de Rondônia, mas os fatos, na verdade, iniciaram na cidade de Lábrea. De Vista Alegre do Abunã até Lábrea são aproximadamente 30 quilômetros. Então, o acesso é melhor pelo Estado de Rondônia do que pelo próprio Estado do Amazonas. Mas, digamos, o conflito agrário instalado na Região do Amazonas e o evento morte foi praticado já no Estado de Rondônia onde se encontrava, naquele momento, Adelino Ramos.

Gostaria de destacar que, uma vez ocorrido esse crime, nós já estávamos fazendo o levantamento de todos os crimes de interesse da Ouvidoria Agrária. O Estado de Rondônia se reuniu numa mesa integradora, envolvendo várias secretarias, e essa mesa integradora realizou um projeto bastante interessante com o objetivo de coibir a prática de crimes ambientais e esses conflitos agrários, que foi denominada Plano Integrado para Redução da Violência no Campo, decorrente de conflitos agrários e ambientais. Um trabalho multidisciplinar envolvendo a Secretaria de Segurança Pública, Defesa e Cidadania (Sesdec), a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Justiça, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros, a própria Polícia Civil e a própria Polícia Militar, para atuar não somente em Extrema, mas em todas as regiões que apresentam algum índice de violência em decorrência de crimes ambientais, ou conflito agrário.

Então, foi montado esse plano integrado entre todas as Secretarias, porque não será possível combater a violência apenas com a polícia, mas com educação, com saúde, com agricultura, trazendo, obviamente, um panorama totalmente diferenciado de desenvolvimento na região. E, neste plano, teve uma ousadia, digamos assim, o Estado de Rondônia em tentar buscar uma parceria, uma cooperação com o Executivo Federal. Inclusive no que diz respeito a aquisições, quem sabe de equipamentos, desde inteligência à construção de unidades nessas regiões onde apresentam índices de violência decorrentes desses crimes. Nós não tivemos, apesar de entregar todo o planejamento ao Governo Federal, ao Ministro da Justiça, à Secretaria Nacional de Segurança Pública – o próprio Governador entregou o mesmo plano à Presidenta Dilma –, uma resposta, porque está sob análise, mas o Estado de Rondônia tem atuado na Região com a presença da Polícia Militar, da Polícia, temos, equipes que vão constantemente ao local, principalmente por conta do apuratório, é bom se destacar, porque este persisti.

Queremos concluir esse segundo inquérito, principalmente se ele voltar para delegacia. Estamos no seguinte momento: se a competência é federal, ele será concluído pela Polícia Federal; se estadual, será concluído pela Polícia Civil.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Já, Dr. Claudionor?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Sim.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos a exposição do Dr. Claudionor, que trás informações importantes e, ao mesmo tempo, preocupantes.

Já tínhamos conhecimento dessa fato, de que o inquérito... Depois faremos mais perguntas, depois de ouvirmos os três, a respeito desse segundo inquérito.

Mas, para que eu entenda, antes de ouvirmos o segundo convidado, que é o Dr. Rafael, que também falará sobre o mesmo assunto e certamente irá completar, mas esse

primeiro inquérito que foi concluído em dez dias, foi o inquérito que concluiu pela participação no crime do Sr. Ozias...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Pela autoria.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sim, pela autoria.

E há um segundo inquérito, pelo que eu entendi, foi para ir atrás do eventual mandante. Com trinta dias, vencido o prazo, foi encaminhado ao Ministério Público...

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Acontece o seguinte: o primeiro inquérito instaurado conseguiu apurar, de forma cabal, que o autor do crime é o Ozias Vicente, e que o Ozias Vicente tinha uma motivação pra isso.

Instaurou-se o outro inquérito para apurar se, além dessas motivações, haveriam outras motivações envolvendo outras pessoas que faziam parte do mesmo grupo do Ozias. Por isso instaurou-se esse segundo inquérito. Porque se, nesse inquérito, apurar que outras pessoas envolvidas, então, teríamos a possibilidade de responsabilizá-las. Nesse sentido é que se instaurou esse segundo feito.

Nesse segundo feito houve a oitiva de várias pessoas, para verificar se ocorreram reuniões entre as pessoas, Ozias e outros.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O inquérito foi aberto pela Polícia Civil.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Sim; foi aberto pela Polícia Civil.

No momento do relatório, relatou-se, mas, em seguida, instaurou-se um inquérito suplementar.

Mas o que aconteceu foi a remessa deste inquérito com a denúncia a Justiça Federal. A Justiça Federal também se declarou incompetente e, hoje, está sendo analisada e estará sendo enfrentada pelo STJ. Mas o que preocupa um pouco não é somente o fato disso demorar e culminar com soltura de Ozias, que é o autor direto, mas também o fato de que, quando se pediu o prazo do inquérito suplementar, o inquérito também ficou com o Poder Judiciário, como se estivesse suspensa a investigação. Não podemos suspender a investigação.

O SR. Não Identificado (Intervenção fora do microfone.) – O segundo inquérito também está em cartório?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Só o segundo está em cartório.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Também... O primeiro está em cartório aguardando a decisão do STJ. E o segundo também está com o seguinte despacho: “Determina-se a suspensão do presente inquérito no aguardo de decisão do Superior Tribunal de Justiça no incidente de conflito negativo de competência suscitado nos autos.”

Portanto, temos dois inquéritos suspensos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O segundo inquérito fez paralisar o primeiro, que, apesar de concluído, não teve o trâmite judicial.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Não foi remetido de volta à delegacia para prosseguir as investigações, as do segundo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Chegou quando no STJ?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Não tenho essa informação, de quando chegou. Tenho informação nos autos do momento em que foi decidida a remessa – no dia 01 de agosto.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dia 1º de agosto; agora no mês passado.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Dia 1º os autos teriam sido remetidos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – O processo é o número...

Gostaria que a nossa Consultoria, enquanto continuamos a nossa audiência pública... Vamos passar o número do processo para que seja verificado na rede do STJ a situação dele.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Inclusive, Senadora, eu trouxe os autos não somente para me auxiliar como para deixar na Comissão para análise. O número dos autos é 7479-27.2001.8.22.0501. Ele estava na 5ª Vara da Justiça Federal no Estado de Rondônia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – E que há a decisão para encaminhar ao STJ. Então, temos que procurar na Vara Federal e no STJ.

Registrarmos e agradecemos a presença da nossa querida e atuante Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada Senadora.

Estamos aqui ouvindo representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Governo do Estado de Rondônia, representante da Associação dos Agricultores do Estado do Amazonas, que também atua como advogado do Sr. Adelino, que foi morto no mês de maio; e estamos debatendo a questão da violência o campo.

Passo a palavra ao Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA CLAROS – Senadora Vanessa Grazziotin, agradeço a oportunidade de estar aqui contribuindo para que, pelo menos um dia – e espero que esteja próximo –, possamos coibir a situação de violência no campo no Brasil e ,principalmente na nossa região Norte, e mais ainda em relação à Ponta do Abunã, onde não é a primeira vez nem a segunda, mas a quinta vez que acontecem fatos dessa natureza. Quero aqui registrar que, no meu entender, o que aconteceu ali foi a falta do Estado do Amazonas, a falta do Estado de Rondônia e a falta do Estado do Acre estarem atuando na região.

Não quero aqui responsabilizar como coautor da situação, que acredito possa ter ou não, mas se houvesse um policiamento melhor em Vista Alegre em relação ao efetivo e em relação aos crimes que acontecem lá, e o Dr. Claudionor falou que já foi reforçado, que já foi melhorado e que existe um programa em relação a isso ou, pelo menos, a capacitação dos servidores da Ouvidoria Agrária Nacional em como tratar esse tipo de denúncia, porque, por exemplo, a Ouvidoria Agrária Nacional, ao ter essas denúncias, replica os e-mails a 30 pessoas de uma vez. Como vou replicar um e-mail sigiloso a 30 pessoas que às vezes não tem o menor compromisso com a coisa?

Então, o Dinho denunciava exploração de madeira, denunciava grilagem de terra para a Ouvidoria e vinha a Ouvidoria e dizia: “Sr. Adelino; com muita honra, vamos tomar as providências”. Que providências vão ser tomadas? Vai ser tomada a providência de se passar e-mail para mais 30 pessoas para ficarem sabendo que está denunciando. Então,

isso vai vazar informações. Acho que não se trata de vazar informações mas de colocar no jornal que, no caso, o camarada Dinho estava denunciando grilagem de terra ou, no caso do IBAMA, tanto o IBAMA Rondônia quanto o IBAMA Amazonas, na hora que era denunciado para Ouvidoria Agrária Nacional o que estava acontecendo, o furto de madeira e todas as situações relativas aos crimes ambientais da região, o IBAMA entrava em contato com a Ouvidoria, passando para mais 30 e-mails, indo e voltando as informações. E qual era o resultado disso? As operações do IBAMA aconteciam, os helicópteros desciam na associação dos camponeses, na sede do projeto, em seguida, os helicópteros desciam e saíam apreendendo todo mundo com os caminhões na região. Ou seja, quem denunciou? O presidente da associação.

Aí falo da capacitação. Se tivessem capacitação para tratar dos conflitos agrários, para tratar dos conflitos ambientais, para tratar de como verificar essas denúncias *in loco*, mas não. Imagine que desce um helicóptero na casa do cidadão que denunciou para pegar informações para, a partir de então, apurar. Quinze minutos depois, o mesmo helicóptero aterrissa na frente de um caminhão e apreende o caminhão e leva todo mundo preso. Quem denunciou? Existiria alguma dúvida em relação a quem matou e por que matou? “Eu matei porque eu me senti denunciado, eu me senti coagido. Eu sabia que, se o Dinho continuasse ali, a presença do Dinho ali seria prejudicial à minha família”. Porque a gente sabe que o toreiro, por mais que cometesse o crime ambiental, ele está ali também para sustentar os filhos dele, para ter o meio de vida dele.

Então, como não há política pública necessária para coibir essas situações, como não há a capacitação dos servidores para coibir esse tipo de situação, vai acontecer não só uma ou só duas, mas dez mil vezes, porque é o normal, porque não há como descer um helicóptero e as viaturas do Ibama num determinado local que não levante suspeita de que foi aquela pessoa que denunciou.

Ao mesmo tempo, a Polícia Federal, em Rondônia, andou não cumprindo com seu papel, até mesmo a Procuradoria Especializada Federal, pois sabiam de muitas informações em relação a isso, tinham muitas informações relatadas, tinham muitos depoimentos, e não conseguiam prisões preventivas ou até mesmo a oitiva das pessoas ali constantes dos relatórios porque, por alguma falta de interesse ou alguma falta de preparo dos Procuradores, não buscavam.

E aí, quando aconteceu o assassinato do Dinho, a esposa dele, na hora em que ele foi alvejado, entrou em contato comigo por telefone gritando desesperada. A Eliana dizia: “Atiraram nele! Atiraram nele! Vou fazer o quê? O que eu faço?” Eu falei: “Manda ele para Extrema. Vou tentar a UTI no Ar. Vou tentar alguma coisa. Manda ele para Extrema. Não tem outro jeito, porque na balsa vai demorar.” Agora, você imagina: Vista Alegre não tem um posto que funcione. Ou seja, na Ponta do Abunã, o único posto de saúde que pode fazer um atendimento desse fica em Extrema e também não funciona.

Então, a providência que a Comissão poderia tomar junto aos governos... Por que não um posto avançado em Vista Alegre do Abunã? Por que não um posto avançado da Polícia Militar e da Polícia Civil no Amazonas? Na região da Ponta do Abunã não tem.

O Estado do Amazonas, hoje, está deixando de arrecadar impostos, está deixando correr livre a situação sem ter a menor... Não sei se é falta de intercessão do Estado ou o que é... Em algumas reuniões com a Secretaria de Produção do Estado, ela está intervindo na situação buscando postos móveis, mas não sai, a coisa não sai, o Governo do Estado está travado em relação a isso.

Aí vamos ao Governo do Estado de Rondônia. Por que não aparelha melhor os policiais? Por que não aparelha os postos de saúde? Por que não põe um hospital naquela região? Talvez, se o Dinho, na situação específica, tivesse sido atendido... Agora, nós temos informações também de que a Polícia Militar nada fez quando da ocorrência dos disparos, e que o carro que socorreu o Dinho até o posto de saúde mais próximo foi acompanhado por uma caminhonete que não deixava o carro andar rápido. E cadê a atuação da polícia? Por que a polícia permitiu que uma situação dessas acontecesse? Você imagina, vai uma caminhonete na frente do carro que está com uma pessoa morrendo, segurando para não deixar o carro correr. As informações já estavam em Extrema para que ele não fosse atendido.

Então, eu não sei se o assassino teria todo esse poder de entrar em contato com o hospital de Extrema pedindo para que ele não fosse atendido. Mas acredito que tenha. Não sei a influência daquele rapaz na situação.

Mas o que eu queria, o que eu acredito que possa contribuir para a comissão é justamente o pedido para que os servidores da Polícia Federal, da Ouvidoria Agrária Nacional e do IBAMA estejam melhor preparados para lidar com movimentos.

Porque o movimento, para ter força, ele trabalha com denúncia, ele trabalha com barulho, ele trabalha indo a luta. Qualquer movimento social depende disso para ter voz, para ter força. Como é que o movimento social vai buscar ter essa força sem ter o preparo do IBAMA, da Ouvidoria de como tratar essas situações, de como tratar de maneira sigilosa, de como tratar sem estar replicando *e-mail* para trinta pessoas para que os madeireiros ou os fazendeiros saibam o que está acontecendo, o que é exatamente o conflito, e quem está denunciando.

Eu acredito que é essa a contribuição que a associação tem a dar. Eu digo associação, porque enquanto estávamos lá, enquanto o Dinho buscava fazer aquelas denúncias, tentávamos orientar: Olha, Dinho, não vai funcionar. Por que não vai funcionar? Porque a Ouvidoria não vai saber como lidar, porque O IBAMA não vai saber como lidar, a Polícia Federal não vai saber como lidar. Por quê? Porque vai chegar aqui e mostra que você está denunciando. Vamos tentar agir com mais cautela. Mas ele estava apavorado já com aquela situação toda e realmente denunciava. Por mais que falássemos: Olha, não é por aí, não vá assim. Ele falava: Eu não vou morrer, eu não posso morrer, eu tenho que denunciar para que eu tenha segurança. Denunciou, buscou proteção e nunca teve à proteção buscada.

Eu achei interessante que ontem vieram nossos colegas de trabalho, doutor, os juízes, buscar apoio. Os juízes têm condições, ou pela sua Associação dos Magistrados, ou do bolso, de vir a Brasília buscar apoio. O Dinho não tinha. Entende?

Os juízes vêm cá, de gabinete em gabinete, explicar a situação e buscar apoio para aumento salarial, e tal, e eu acho que é digno. Mas o Dinho, a associação não tinha. Ele não tinha como ligar para Porto Velho. Mas mandava *e-mails*, mandava ofícios para a Ouvidoria e nada foi feito. E a responsabilidade é de quem?

Então, na hora de atribuir a responsabilidade a madeireiro, a toreiro, eu não penso assim não. Eu não penso que foram madeireiros ou toreiros – é um meio de vida. Mas foi a inércia do Estado, a inércia da União em relação aos conflitos agrários, em relação aos conflitos ambientais na Ponta do Abunã.

Acredito, Senadora, que era até onde eu podia contribuir. Vou estar presente para que possamos discutir, para que possamos colocar nosso ponto de vista como associação camponesa. Para que possamos mostrar no Senado a dificuldade que o camponês tem lá.

Porque, como eu comparei, é fácil para os juízes estarem aqui, para os servidores estarem aqui, mas o camponês não tem voz. E a voz que eles têm é através da Ouvidoria Agrária, que não sabe como proceder. Infelizmente, a realidade é essa.

Agradeço a oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos, Dr. Rafael, pela sua participação.

Eu quero convidar para compor a Mesa conosco o Sr. Joaquim Belo, que nesta nossa audiência pública representa o Conselho Nacional dos Seringueiros. O senhor pode sentar conosco.

Eu passo a palavra agora para o Dr. Jayme Asfora, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil, preside o Conselho de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, e participou, com a comissão externa, de uma das duas viagens, que foi a viagem até o Estado do Pará.

Infelizmente, não teve possibilidade de ir conosco aos Estados do Amazonas e Rondônia, que foram também viagens elucidativas importantes. Mas o Dr. Jayme esteve conosco no Pará e fala agora a respeito desse assunto.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Bom dia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Jayme, eu só gostaria de comunicar e agradecer a presença do Senador Acir Gurgacz de Roraima.

Já está indo, Senador Acir? (*Pausa.*)

Deve ir a outra comissão e volta já.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Votação nominal, terminativa, na Comissão de Infraestrutura.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Se puder votar por mim, porque eu também sou da Comissão de Infraestrutura. Se precisar de mim, chame que eu vou rapidamente.

E também registramos a presença do Senador Cassol, do Estado de Rondônia.

Muito obrigada, Senador.

Com a palavra o Dr. Jayme.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Senadora Vanessa Grazziotin, que preside a Subcomissão da Amazônia, Dr. Claudionor Muniz, Diretor Geral da Polícia Civil de Rondônia, aqui representando o governador daquele Estado, Dr. Rafael Claros, meu colega advogado, aqui também representando a Associação dos Camponeses do Amazonas, e Joaquim Belo, representando o Conselho Nacional dos Seringueiros; quero saudar os Senadores presentes e saudar a todos os senhores e senhoras presentes, representantes de entidades e demais presentes, e dizer que para nós, da OAB, é muito importante estar aqui nesse trabalho de continuação.

Desde o começo estivemos junto com a comissão. Não eu pessoalmente, na primeira visita, mas o diretor tesoureiro da OAB, Miguel Cançado, me parece que foi representando a OAB na primeira visita aos Estados do Amazonas e de Rondônia.

E eu tive a alegria de estar com a comissão no Estado do Pará. Alegria, porque vi que a comissão estava fazendo um trabalho muito digno, muito importante democraticamente, mas ao mesmo tempo foi triste o que constatamos lá e ainda o que estamos constatando por aqui na avaliação que nós, da OAB, fazemos.

De qualquer maneira, eu quero dizer que, para nós, esse é um trabalho que tem tido êxito, é um trabalho que tem tido resultados, e resultados concretos, como, por exemplo, foi narrado aqui pelo Diretor da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Houve um inquérito que, me parece, foi bem conduzido, bem feito, que resultou no indiciamento, depois na denúncia e na prisão do Ozias, como executor, como criminoso, como autor do homicídio contra o Dinho.

Infelizmente - isso acontece no Judiciário -, houve o conflito negativo de competência instalado, que será resolvido, como prevê a Constituição, no Superior Tribunal de Justiça.

A Senadora Vanessa, de maneira expedita, ágil, como sempre, já determinou que nós localizássemos como se encontra, processualmente, esse processo de conflito negativo de competência, para que nós – acredo – possamos atuar. Digo nós da OAB apoiando a Comissão junto ao STJ, para que ele tenha o deslinde, o desfecho rápido, porque esse crime é, dos últimos crimes, um dos dois mais emblemáticos. O outro mais emblemático foi o que vitimou o casal de extrativistas – não me recordo o nome –, no Pará, o Cláudio e a Maria.

Nós, inclusive, estivemos lá no assentamento, eu, pela OAB, acompanhando a Comissão, lá no Pará. Lá vimos um pouco do que o Dr. Rafael Claros colocou aqui: uma total desassistência do poder público local e Federal, envolvendo aí o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, etc., aos assentados, aos trabalhadores, enfim, aos agricultores que lá trabalham. Eles se ressentem de uma proteção do Estado que não existe e lá há, efetivamente, dificuldades até mesmo de sobrevivência. Dificuldades de subsistência, com pessoas, inclusive, passando fome, porque não há como plantar, como colher, enfim, como viver de sua agricultura. Há muitas outras pessoas ameaças de morte.

Foi preciso, Dr. Rafael, na primeira audiência, que aconteceu há dois meses, depois dessa visita ao Pará, que esta Comissão pedisse a proteção das mais de cem pessoas que estavam expressamente – porque há outras que preferem não comunicar, preferem se resguardando não denunciando isso – marcadas para morrer. Tinha expressamente requerido segurança e não tinham conseguido. A Comissão pediu para que todas as pessoas envolvidas tivessem segurança, ou melhor delineada, ou reforçada, para que não ocorressem novos crimes, crimes tão emblemáticos como esses que ocorrem há pouco tempo em Rondônia e no Pará.

Eu quero dizer que o mais importante para nós da OAB, nesse contexto todo, é a questão da impunidade, porque crime, violência, temos de procurar evitar, procurar minorar, prevenir, mas existem. E eles só proliferam, como proliferam os crimes no campo, crimes decorrentes de crimes agrários, que só acontecem à luz do dia, como aconteceu o que vitimou o Dinho, porque há a impunidade, há uma apostila na convicção de impunidade por parte dos mandantes, sobretudo. Os executores são, o mais das vezes, pessoas também humildes, que têm de ser presas, têm de ser punidas, mas são meramente agentes de uma ação criminosa orquestrada, de um crime organizado mesmo ou de um braço do crime organizado, que é esse que envolve os líderes camponeses, as lideranças que lutam por reforma agrária, por mais justiça no campo, por melhores condições de trabalho para os pequenos agricultores e pequenos camponeses.

Nós da OAB reiteramos a nossa disposição de acompanhar isso com a lupa, inclusive esse conflito negativo de competência que está no STJ. Acho que também tem de haver

uma ação específica para procurar revogar essa decisão ou parte da decisão que suspende o segundo inquérito, porque – não é, Dr. Claudionor? – isso trava a ação policial, desestimula até os policiais envolvidos, até o Comando da Polícia, que, parece muito claro, está super bem-intencionado, comprometido com a busca da efetivação da justiça e de ir atrás dos verdadeiros responsáveis por esse crime, que são os mandantes, que são, o mais das vezes, pessoas com imbricações com o poder político e com o poder econômico do Estado ou dos Estados.

Essas pessoas, muitas vezes, apostam na impunidade porque têm cobertura, porque têm apoio de lideranças políticas expressivas e também, muitas vezes, do poder econômico. Eu digo isso como ex-Presidente da OAB de Pernambuco, como Conselheiro Federal da OAB de Pernambuco e como Presidente Nacional da Comissão de Direitos Humanos, sem nenhum problema, porque também, muitas vezes, contam com bons advogados, que podem fazer com que, nesse sistema que nós temos, com várias imperfeições, com corrupção também dentro do Judiciário, sejam protelados os processos e, muitas vezes, deixam os crimes, mesmo, prescrever.

Nesse caso de Rondônia, o que chama mais a atenção é a possibilidade de a prisão ser relaxada por causa do decurso de prazo, em função de esse inquérito ter sido travado, ter sido obstaculizada a sua sequência, por conta de uma decisão judicial do juiz federal – não foi Dr. Claudionor?

Bem, eu acho, também, que uma questão importante era, como relatório final, esta Comissão externa do Senado, que tem sido tão bem presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin, e que também teve o apoio... Eu sei, porque vi, direto, lá no Pará, o apoio entusiasmado e uma ação também enérgica do Senador Randolfe Rodrigues e também da Senadora Marinor Brito, que, na primeira audiência, esteve aqui.

Eu espero que seja feito um relatório, uma relação de todos os processos que estão parados, todos os processos decorrentes de crimes no campo, que apuram crimes no campo, os processos criminais que apuram homicídios ou outros crimes cometidos com essa motivação, nessas circunstâncias, para que nós, da OAB, possamos fazer um esforço junto ao CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, para que o Conselho Nacional de Justiça averigüe se não está havendo má conduta por parte de alguns juízes, porque, eventualmente, isso pode estar acontecendo e os processos que não andam têm resultados concretos, que são as injustiças. Muitas vezes, familiares morrem sem ver os ônus dos seus parentes punidos e, muitas vezes, elas escapam pelo fenômeno da prescrição, que ocorre... Tem de existir o fenômeno da prescrição, mas ele não pode ser derivado da inércia abusiva ou até criminosa de membros do Judiciário, ou da polícia, ou agentes públicos de um modo geral.

Eu quero também salientar que na fala do representante do Governo de Rondônia eu vi com muito bons olhos esse plano integrado para redução da violência no campo decorrente de conflitos agrários e ambientais, e acho que esta Comissão também tem de fazer um esforço junto ao Governo central para que esse plano seja chancelado, seja posto em prática, porque a gente tem de, do mesmo jeito, criticar Governos ou setores do Estado que agem fazendo corpo mole ou querendo que as coisas permaneçam do jeito que estão, e apoiar setores do Estado, como me parecem ser a própria Polícia Civil e esse plano integrado, que é uma política pública, que querem buscar a redução da violência no campo decorrente de conflitos agrários e ambientais.

Eu acho, também, que um debate importante que tem de ser levado a cabo, dentro dessa perspectiva, dessa temática, é a questão da Defensoria Pública, porque muitos dos camponeses ou dos agricultores, das pessoas vítimas de crime de homicídio, de crime de

ameaça, de lesões corporais, tortura, de abuso policial, enfim, e de outros crimes, abuso de poder, abuso de autoridade, não podem pagar ao advogado. Então, ou você fica sendo cuidado, do ponto de vista da sua defesa em juízo, da sua busca em juízo por um advogado que faz isso voluntariamente, por ser ligado a uma ONG, por ser idealista da causa, ou muitas vezes fica simplesmente sem advogado. Isso acontece, aliás, com os presidiários, com os presos encarcerados, de modo geral, no Brasil.

A falta da Defensoria Pública acarreta negativa de acesso à Justiça; acarreta negativa do exercício de outro direito fundamental, que é o direito à defesa, do exercício do contraditório, de maneira que seria importante, talvez, Senadora, que saísse também como recomendação, relativamente a esses Estados – digamos assim, para se circunstanciar melhor, porque o objeto desta Comissão é apurar os crimes e a violência agrária nesses Estados, a violência decorrente de conflitos agrários e os crimes nesses Estados –, que houvesse um ofício aos Governadores, perguntando-se como está a Defensoria Pública, se a Defensoria Pública está estruturada, se há Defensoria em todas as cidades, se nessas cidades há defensor público, por exemplo, porque é assim, através do advogado, que se acessa a Justiça, que a pessoa se protege e também exerce seu direito, de forma geral, na Justiça. Você não pode defender-se, se não tiver um advogado.

O Ministério Público, graças a Deus, é estruturado, então é preciso que haja por parte da advocacia pública, da advocacia aos mais necessitados, essa estruturação. Digo isso, porque há Estados que sequer têm Defensoria Pública. E as populações desses Estados, as populações carentes, são majoritárias – falo pelo Nordeste, inclusive; por Pernambuco, mais especificamente. Há pouco tempo, havia mais de 160 comarcas sem defensor público. Quer dizer, as pessoas que não podem pagar a um advogado simplesmente não têm acesso à Justiça e sentem, vivem, com isso, mais um lapso de cidadania, mais uma falta de cidadania no que diz respeito a esses dois direitos fundamentais: acesso à Justiça e ampla defesa e exercício do contraditório, que são fundamentalíssimos para a democracia e para a defesa dos bens mais importantes, como a vida, o patrimônio, a liberdade, etc.

No mais, quero dizer que nós, da OAB, fomos quem pedimos o primeiro caso de federalização relativo ao crime que envolvia a morte de um advogado em Pernambuco, Manoel Mattos. Infelizmente, isso não foi conseguido da missionária Dorothy Stang. O primeiro caso foi, o do advogado pernambucano Manoel Mattos. E acho que a gente pode também estudar se alguns desses crimes não podem ser objeto de pedido de federalização ao STJ.

Na verdade, a federalização é pedida assim: é requerida ao Procurador-Geral de Justiça, que é quem tem legitimidade para propor ao STJ, que é quem tem competência para julgar os pedidos de federalização...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Estou terminando, Senadora.

Envolvendo o criminoso Ozias, que, não fiquei com nenhuma dúvida, foi objeto de ação policial efetiva, bem-feita, com as melhores condições para que ocorresse realmente a prisão do executor e o desdobramento para a busca, para a persecução policial do mandante ou dos mandantes, já que há indícios – sempre há, ou quase sempre há – de que há mandantes. Raramente, esses crimes são motivados – principalmente quando envolvem lideranças que mexem ou que contrariam tantos interesses – somente por questões menores, individuais, particulares, ou mesmo são executados simplesmente

por pessoas sem nenhuma ligação com o poder econômico ou com o poder político local ou regional.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senadora, de estar aqui, na Comissão. E quero dizer que também lá cobramos no Pará a finalização do inquérito policial que envolvia o casal de extrativistas.

O inquérito depois teve a sua finalização, a sua conclusão, mas isso não quer dizer que agora precise ser deixado de lado. Pelo contrário, temos de acompanhar o processo no ponto em que se encontra. E esta Comissão e a OAB só poderão realmente descansar, acredito, quando executores e mandantes estiverem todos na prisão e quando pudermos, através de sugestões e recomendações, como essas relativas à impunidade e à Defensoria Pública, como a ação no CNJ com os Governos Estaduais, criar mecanismos democráticos e republicanos, para evitar que esses crimes ocorram novamente.

Agora a região está sob os holofotes da mídia, do Governo Federal. A Presidente Dilma me parece bastante preocupada com isso, haja vista ter feito a reunião com os Governadores, mas é preciso que esses holofotes do Poder Público e da sociedade nunca sejam totalmente desligados, porque senão mais crimes, infelizmente, acredito, voltarão a ocorrer.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Jayme, pela sua participação.

Temos a certeza, a convicção de que a Ordem dos Advogados do Brasil, assim como a CPT e associações de agricultores e camponeses têm sido grandes parceiros. O que na realidade temos é um objetivo em comum: como acabar com a violência no campo. E a parceria da entidade que V. Ex^a representa aqui é muito importante não só no âmbito federal, mas também no âmbito dos Estados.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Joaquim Belo, que aqui, neste ato, representa o Conselho Nacional de Seringueiros.

O SR. JOAQUIM BELO – Bom dia a todos.

Agradeço à Mesa, em nome da Senadora Vanessa, o convite e aos Senadores presentes.

Esta discussão aqui, para o Conselho Nacional das Populações Extrativistas... É que mudou o nome, Senadora; está com mais de um ano que mudou de Conselho Nacional dos Seringueiros para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, por reivindicação do setor de coletores de açaí, de castanha, de babaçu.

Mas, nós, nessa luta dos nossos 26 anos de existência... Esse segmento extrativista da Amazônia tem enfrentado desafios gigantescos, desde a época do Chico, já que esse movimento é fruto da luta do Chico Mendes, que se estendeu como um movimento com a Amazônia como um todo. Esse enfrentamento nosso do ponto de vista de galgar um espaço em que esse movimento seja reconhecido, a política de uma forma geral, tem sido intenso nessa luta.

Aí, como estratégia maior nossa, é esta questão da defesa dos nossos territórios, que são as reservas extrativistas, os projetos de assentamento extrativista, os PDS, a qual tem feito vítimas, como a Irmã Dorothy e, agora, o Cláudio e a D. Maria, enfim, muitos outros.

Isto para nós tem sido muito difícil: fazer esse debate do ponto de vista do nosso próprio movimento, porque ninguém tem conseguido, ao longo desses anos, fazer com que o Estado consiga enxergar a Amazônia como ela realmente é, com os desafios que tem.

Acho que o problema hoje enfrentado é de Estado, mas de sociedade, acima de tudo. Quando cheguei, o colega lá da ponta estava comentando alguma coisa nesse sentido. Quero dizer que é um problema de Estado, porque acho que o fato da ausência do Estado, de ele não estar no lugar, não me dá o direito de tirar a vida de ninguém. O fato de não haver policiamento numa comunidade não significa que aquele que tem mais poder pode ir lá e fazer as suas leis na bala, como quer que seja. Por isso, acho que é uma questão muito mais de sociedade e de Estado.

Primeiro, o Estado tem de estar bem mais presente na Amazônia e no interior da Amazônia. E a política pública do Estado não consegue uniformizar, para que se fortaleçam as pontas. Se você for ao interior da Amazônia, de uma forma geral, vai ver que as escolas não funcionam, que o professor não quer ficar no meio rural. Então, fica uma estrutura muito mais centralizada nos grandes centros e a periferia toda largada, porque a política pública não consegue fortalecer o conjunto dos Municípios desses Estados. E como a política não fortalece isso, acaba acontecendo o que acontece, o que todo mundo acompanha, o que todo mundo vê: é a violência, o descontrole total, entendeu?

Aí, essa questão nossa da violência, que vem desde muito tempo, até bem pouco tempo, era uma coisa muito focada na questão fundiária. Mas, de um certo momento para cá, principalmente de uns cinco anos para cá, essa configuração vem mudando, ela não é uma questão simplesmente fundiária. É pelo controle dos recursos, tanto é que muitas mortes acontecem em áreas que o Estado, às vezes, já legalizou. Mas como o Estado não tem política para o setor, e a ilegalidade gera a violência, vêm ocorrendo essas coisas.

E aí, às vezes, eu me pergunto assim como é que o Estado se organiza para fazer o desenvolvimento, porque dentro de uma configuração fundiária, em qualquer propriedade você tem 20% para você fazer agricultura e 80% é reserva legal. Se isso é a lógica, no mínimo, estamos falando de 80% da Amazônia, onde o Estado não se debruça para ver o que vai fazer.

Como, na lógica, em 80% você tem reservas, parques, assim por diante, estamos falando de muito mais que isso! Só que o Estado se organiza muito mal ainda para trabalhar nos 20% que é agricultura familiar. Mas o setor dos ativos florestais fica abandonado o tempo todo. Onde não se tem uma política forte para o setor dos ativos florestais, onde se tenha crédito, onde se tenha assistência técnica, onde se tenha uma política forte para o setor. E esse setor fica muito vulnerável, porque como não tem política as explorações se fazem de forma clandestina. E como se faz de forma clandestina, a violência vem junto. Aí um segmento como o nosso, que é o extrativista, que moldou um modo de vida importante para a sociedade como um todo, paga o preço, muitas vezes, de estar defendendo o seu meio de vida, que é justamente o extrativismo, porque não há nada mais dolorido para o extrativista do que ter a sua vida ameaçada se a sua floresta for derrubada. Donde tira a castanha, o açaí e assim por diante.

Como não tem uma política forte para esse setor, ele fica vulnerável. Eu acho que aí o combate da violência tem que ser muito mais no âmbito da política pública séria. E aí a parte de controle, de policiamento, essas coisas, é um complemento, mas a política pública é o carro chefe do processo.

Nós vivemos em um País com a educação extremamente arrebatada, com um esforço muito grande por parte do Governo para tentar avançar. Quando a gente vai para o

interior da Amazônia, isso é muito sério. Nós temos uma média de analfabetismo altíssima, mas quando se vai fazer o mapa... para localizar, há lugares onde 80% da população não sabe ler nem escrever. E são as pessoas que estão na linha de frente dessa vulnerabilidade que acabam sendo vítimas da violência.

Nesse aspecto, é fundamental esta Comissão para estar acompanhando essa ação toda, para que os crimes sejam punidos, para que a impunidade não gere mais violência. Mas eu acho que aqui, como essa Comissão tem esse papel de trabalhar a questão do desenvolvimento também, está também um pouco o olhar nesse sentido, eu acho que tem de haver uma frente maior para que o Estado se posicione e crie uma política para o setor florestal, madeireiro e não madeireiro, porque senão fica o velho discurso de que a floresta acaba sendo um empecilho para o desenvolvimento e porque os ativos dela não estão sendo colocados na economia brasileira.

Ultimamente, eu vi um levantamento em meu Estado dando conta que a maior economia do meu Estado, o Amapá, é o açaí. No Pará não é diferente, mas toda essa importância se dilui, porque tudo vai na informalidade. Você não sabe quantas toneladas de açaí são produzidas e quanto se gerou de economia, porque isso fica na clandestinidade. E, quando fica na clandestinidade, você acaba não vendo o papel desses ativos econômicos para a sociedade e para esse segmento, e assim para os outros produtos de floresta.

Então, se não tiver uma política que consiga fazer com que esses ativos florestais tenham a sua visibilidade feita, acaba coisa tão importante não aparecendo para o processo econômico. E aí nos fragiliza, do ponto de vista do debate.

Eu vejo quando o doutorado mostrou que no Amapá o açaí gera 15 mil empregos, todo mundo: “quinze mil empregos! Uma economia fantástica! Mas isso tudo está na informalidade. Então, o Estado precisa se organizar, para enxergar isso.

Aí eu vejo como um papel importante no combate à violência essas políticas fortalecidas. Outra coisa, é dentro da estrutura da questão fundiária, é como nós vamos resolver isso, porque hoje o problema da regularização fundiária na Amazônia, apesar de ter sido criada uma política específica para regularizar as terras na Amazônia, nós estamos aquém, muito aquém...nós não sabemos hoje quanto custa para regularizar as terras na Amazônia.

Inclusive, se for fazer um recorte menor: por exemplo, reservas extrativistas; projeto de assentamento extrativista, os projetos de assentamento do INCRA, ninguém tem noção hoje de quanto custa para regularizar isso. O Estado não tem isso para, quem sabe, vir para o Congresso ou para o Governo: “Olha, nós precisamos de dinheiro para regularizar as terras na Amazônia”. O Estado não tem isso! Como é que a gente vai trabalhar um processo de desenvolvimento para uma região se a questão fundiária não está resolvida, e não se consegue resolver.

Para eu pegar um crédito eu preciso ter as minhas terras legalizadas. E a gente acaba arrumando o jeitinho brasileiro de estar superando essas coisas, mas essa é uma dificuldade muito grande. Eu acho que isso é uma coisa, Senadora, importante para se debater: a questão dos custos para regularizar a questão fundiária na Amazônia.

Esse é um preço alto. E hoje com todo mundo que a gente conversa no Governo ninguém sabe o valor disso. Só sabe que se fala de bilhões e bilhões, mas ninguém tem clareza do quanto custa isso. Eu acho importante que alguém se debruce para abrir um debate nesse sentido para saber o quanto custa isso e como se vai fazer, porque como não se sabe o quanto custa, não se aloca dinheiro e não se faz nada, e a política acaba sendo fragilizada em função disso.

Essa questão é central: abrir um debate para saber como vamos fazer para regularizar as terras da Amazônia e quanto vai custar isso, com todos os recortes que tem, certo?

Para finalizar, Senadora, eu quero colocar o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, que tem uma luta intensa na Amazônia. Reunimos ultimamente com alguns ministros lá no Marajá, levamos lá para uma reserva extrativista para discutir justamente isso. Estamos em um esforço muito grande de dar visibilidade para todos esses desafios colocados e que foi comentado aqui pelo representante da OAB... Peguei parte lá do companheiro.

A situação é muito difícil! É difícil! Eu acho que se não for uma luta da sociedade como um todo é difícil a gente enfrentar essa situação. E a política pública é o caminho central para que a gente enfrente a violência. Sem política pública forte e organizada, não se combate isso, porque a gente fica sem controle nas pontas e nas comunidades. E as comunidades são aliadas desse processo, eu acho que não tem um segmento mais importante, que tem sido aliado desse País, do que as comunidades extrativistas. Elas desenvolvem o seu modo de vida e querem conservar uma floresta que pode ter a oportunidade dela, ter um novo papel para o desenvolvimento deste País.

Eu agradeço, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Sr. Joaquim, de perguntar se o senhor teria condições de falar alguma coisa. Se o Conselho Nacional dos Extrativistas – e acho que seria bom colocar das “extrativistas” também – se os senhores estão acompanhando... Por que nós já ouvimos muito a respeito do inquérito do assassinato ocorrido em Rondônia, em relação ao Sr. Adelino Ramos, mas, em relação ao casal, o senhor teria algo a falar sobre esse inquérito?

O SR. JOAQUIM BELO – Dentro da nossa entidade, a regional do Pará, na pessoa do Atanagildo Matos, que está em Marabá, que fica em Marabá, próximo ali a Novo Repartimento, Ipixuna, por ali, essa regional tem acompanhado de perto o tempo todo. E tem um grupo que é formado também com Direitos Humanos, que vem acompanhando isso permanentemente.

Ficamos muito satisfeitos quando ocorreu agora a prisão de dois – o terceiro, nem sei, porque estou aqui em Brasília, não sei se foi capturado o terceiro elemento. Mas ficamos muito felizes com isso. Estamos acompanhando, sim, junto com as famílias, essa ação toda da polícia. E, agora, como foi comentado aqui pelo colega da OAB, o importante é ver o desfecho disso tudo. Acho que tem ainda um foragido, mas já tem dois que foram capturados.

Então, é uma ação agora, porque, para nós, tem sido muito difícil, porque a gente percebe, muitas vezes, uma morosidade. Não sei se é intencionada ou não, mas existe uma morosidade muito grande por parte da Justiça. E essas pessoas, geralmente, que fazem esses crimes estão vinculadas, geralmente, a alguns grupos políticos. Isso dificulta muito para a gente. Mas nós temos acompanhado, sim, e vamos ficar atentos às respostas que isso poderá tomar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Então, ouvindo nossos quatro convidados, pergunto ao Senador Reditario, que está presente, se teria alguns questionamentos a fazer.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, ilustre Presidenta, a quem quero cumprimentar, bem como a todas as autoridades que compõem a mesa.

(Interrupção do som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – (...) sobre o assunto que está sendo discutido, sobre essa criminalidade, sobre o problema sério que nós temos no País, o qual me fez lembrar da data de 22 de fevereiro de 1978, quando assassinaram um funcionário nosso, atiraram em outro e atiraram no filho. Vejam bem: aqueles mal intencionados... No meio desses trabalhadores, existe o mal intencionado, e o lugar dele seria na cadeia. Vejam bem o que acontece. Vejam como são as coisas.

Portanto, temos de mudar, de alterar o Código Penal, porque a Justiça pode agir de uma maneira diferente. Tenho dado entrada... Na semana antes da Semana da Pátria, tenho dado entrada em um projeto de alteração do Código Penal, porque, do jeito que está no País, com essa violência cada dia mais, isso aí não pode continuar jamais. Vejam bem.

Portanto, essa tragédia que ocorreu lá, desse casal que foi assassinado, é coisa que jamais poderia acontecer. E vejam bem: tudo, com certeza, assunto referente a terras. Com certeza. Parece que, segundo informações, foi problema de área de terras. E nós temos tanta terra desocupada na Amazônia – não é verdade? –, tanta terra que poderia ser dividida e se fazer assentamento legalmente. Nós precisamos criar uma lei, como existe Minha Casa Minha Vida, Minha Terra Minha Vida. É assentar essas famílias em cima de um pedacinho de terra, vejam bem, que elas passam a produzir. E aí isso evita esses acontecimentos, com certeza.

Temos que mudar muitas coisas, como que nós tivemos uma vez uma perseguição grande, ilustre Presidente, Senadora, lá na Amazônia, como a que percebi, no ano passado, em Rondônia, em Rondônia, até a Força Nacional fiscalizando madeireiras trabalhando legalmente, em dia, sete, oito, um do Ibama, dois com a barbaridade de polícia, e deixa ir a polícia atrás daqueles maus elementos, que vinham trazer essas tragédias absurdas que vêm acontecendo, de volta a volta.

A sua explicação também foi muito legal. Meus parabéns. Como o ilustre advogado aí também explicou, como o jovem aí antes também, foram feitas as explicações.

Realmente, o Brasil tem que tomar uma providência. Nós legisladores temos que criar leis que venham a beneficiar os trabalhadores, proteger as famílias que realmente precisam ser protegidas. Elas têm que ser mudadas um pouquinho, porque o lugar do mau elemento é na cadeia, e não com mordomias, como o que temos hoje.

Então, como foi falado pelo Ministério Público, hoje eles estão presos. O advogado pode bem dizer como é: prendem os assassinos, esses que assassinaram esse casal, e em pouco tempo estão soltos. Vejam bem, vejam como é, porque realmente as leis de hoje protegem muito a parte dos vagabundos, dos mal intencionados, e a família, que precisaria ser protegida, dos trabalhadores, nós tem força para ser protegida.

Não é o promotor o culpado, a promotora, a juíza, o juiz, a polícia, o delegado; nada disso aí é o delegado. São as leis que temos atualmente. Então, precisam ser mudadas e, realmente, de uma maneira que venha beneficiar mais o trabalhador, aquele que precisa de benefício, aquele que precisa de maior segurança, todas as famílias sérias e honestas que precisam aqui, Brasil afora. A gente se lembra de antigamente, quando éramos felizes e não sabíamos. Hoje, não há mais segurança em parte nenhuma.

Então, por isso precisamos botar a mão na consciência. Os legisladores precisam botar a mão na consciência e realmente fazer leis que venham beneficiar o cidadão que precisa ser beneficiado. É disso que nós precisamos no Brasil. É muito triste quando se vê a discussão em cima de tragédias que acontecem e que poderiam ser evitadas.

Então, estamos ao lado dos senhores, sem dúvida nenhuma. A Amazônia tem muita terra para o trabalhador trabalhar. Não é preciso grandes reservas. É claro que não é preciso. Agora, é preciso, sim, que a família tenha um pedacinho de terra em que ela possa trabalhar, produzir. É disso que nós precisamos. E precisamos, realmente, dar segurança a essas famílias, não só na Amazônia, como em todo o Brasil.

Portanto, a gente parabeniza, mas a gente lamenta quando se discute em cima de tragédias acontecidas, como as que nos fazem lembrar o velho tempo. Pessoas mal intencionadas, pessoas que realmente deviam estar presas; com certeza, aprontaram lá na Amazônia, porque fugiram de Rondônia para a Amazônia, aqueles que fizeram esse assassinato, naquele tempo, assim como aconteceram vários em Rondônia, portanto, sem necessidade, sem coisa nenhuma, só por ser elemento ruim, que devia estar na cadeia e estava aí, solto, porque a lei hoje realmente protege o vagabundo.

Então, quero congratular-me. Contem com a gente em tudo aquilo que precisarem, ao lado, a favor do trabalhador, da pessoa honesta e séria.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Reditario.

Eu só gostaria de informar que fizemos uma primeira busca, e o processo a que o Dr. Claudionor se referiu, que trata do inquérito... Na realidade, são os dois, porque um está paralisado por conta do conflito de competência do outro. Não é?!

Então, esse inquérito ele foi despachado pelos autos aqui. Os autos foram remetidos a juiz no dia 14 deste mês de setembro, no dia 15 houve uma movimentação, agora o importante é que no dia 16, na última sexta-feira o processo foi distribuído automaticamente ao Ministro Sebastião Reis Júnior, na terceira sessão do STJ.

Então, a Comissão atuará lá, sem dúvida nenhuma, no sentido de pedir agilidade. E eu queria fazer aqui alguns questionamentos e aí os senhores podem ficar à vontade, não vou me dirigir especialmente a ninguém, e levando em consideração também o que falou o nosso Senador Cassol fazer alguns questionamento e os que acharem que podem responder que o façam.

O primeiro deles diz respeito – deixa eu me organizar aqui em meus papéis – a uma série de ações que foram adotadas a partir desses dois acontecimentos. Não que a violência no campo já que seja algo recente, a violência no campo inclusive a própria pastoral da terra tem uma relação extensa, grande, de pessoas ameaçadas, que vivem no campo, mas que são ameaçadas, no caso de Dorothy Stang, enfim muitos casos. Há também dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no INCRA, a Ouvidoria Agrária Nacional, também tem uma relação. Mas nós temos o entendimento de que é uma série de medidas, um conjunto de medidas, não somente uma medida ou uma medida ligada, ou várias medidas ligadas ao setor de segurança, mas inúmeras medidas precisam ser adotadas para nós solucionar esse problema, que vai desde a regularidade fundiária, a posse da terra efetiva, aqueles sem-terra que não tem terra e cada vez essas pessoas sobem mais para a Região Norte e para a Região Amazonas.

Nós estivemos na Região, Senador Cassol, de divisa entre o Amazonas e Rondônia e nós percebemos que são muitas pessoas, agricultores que vêm do Sudeste, do Sul e que vão na busca da Terra, ainda esta é a realidade brasileira, vão na busca da Terra. E essa é uma realidade recente, é uma área no Estado do Amazonas que nós estamos falando

do Município de Lavra, que é um dos dois únicos municípios que se encontram na lista do Ministério de Meio Ambiente como os municípios que mais promovem o desmatamento.

Entretanto, essa parte é do interior do Município feito que a sede do Município de Lavra está muito distantes da sede onde este local onde esses conflitos que é o sul do município vem acontecendo ali na divisa do Estado de Rondônia.

Então, nessa nossa ida ao Pará nós percebemos que, primeiro tem que haver uma unidade entre as mais diferentes esferas de poder, uma unidade entre as mais diferentes esferas de Poder. Uma unidade entre o Poder Público Municipal, Estadual e Federal. Se nós quisermos que as coisas mudem e aconteçam efetivamente; em segundo lugar, as medidas que tem que ser adotadas elas são multifacetadas, porque elas envolvem muitos ministérios.

Está aqui o Dr. Claudionor falou do Plano Estadual que o Estado de Rondônia tem já estruturado e organizado e nós gostaríamos de receber cópia deste plano, os outros estados também têm ações neste sentido... Plano para resolver números de conflitos agrários e que envolvem inúmeras secretarias.

A Presidenta Dilma – logo depois do acontecido – primeiro fez uma reunião com o então Vice-Presidente Michael Temer. E depois com a Presidenta Dilma, e de lá saíram uma série de orientações. A partir daí o próprio Governo Federal fez uma série de visitas assim como nós fizemos pelo Senado, a Câmara dos Deputados fez também tivemos uma série de visitas – temos notícia – o Governo Federal também fez, envolvendo principalmente três ministérios, não que os outros não tiveram sendo envolvidos, mas o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça e o Ministério de Direitos Humanos.

A Câmara dos Deputados realizou uma comissão externa com o âmbito e o intuito de combater esses assuntos, e o fato é que nós temos alguns documentos importantes, frutos dessas reuniões acontecidas. Por exemplo; eu participei da reunião com o Ministro da Justiça no Estado do Amazonas, em que ele estava muito dedicado em promover um grande mutirão com apoio, dando todo o apoio que os Estados necessitassem do Ministério da Justiça, para que os processos e inquéritos paralisados pudessem caminhar.

Portanto, o que queremos agora, neste momento, é fazer um balanço, se efetivamente esse mutirão foi feito ou não foi feito. Infelizmente a notícia que temos não é boa, pois é um processo extremamente recente e parece é o do caso do Sr. Adelino Ramos, que passa a ter o mesmo destino que as outras centenas de processos tiveram. Arguição de conflito de competência; então sai de uma gaveta para entrar em outra gaveta e assim vai.

O que queremos fazer é exatamente isso: ajudar os trabalhadores brasileiros e brasileiras no sentido de acompanharmos, junto com o Poder Executivo dos Municípios, mas principalmente Estados e União e, no caso, do Governo Federal, para que efetivamente se cumpram as determinações feitas.

Existe um plano nacional de combate à violência no campo, que foi um plano aprovado pela Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É um conjunto de quatorze ações, que vai desde a criação do centro de gerenciamento de crises e direitos humanos nas polícias militares do Estado até o desarmamento da área de conflito, agilizar a regularização das terras públicas ou da posse da terra e não exatamente da pública. Enfim, mas o que é interessante é que o prazo... Há aqui uma tabelinha e o

prazo. O prazo diz o seguinte: em tramitação, já criada e instalada, em execução. Ou seja, não há um prazo. Temos que criar um prazo, porque, enquanto não estabelecermos um prazo...

Vejam o Programa Luz para Todos. O Programa Luz para Todos tem prazo, a lei determina prazo, e já ampliamos esse prazo duas vezes. Ou seja, ainda que não se faça no prazo estabelecido, mas que se determine um prazo e, caso necessário, que se amplie esse prazo. Essas são medidas importantes.

A questão fundiária – e não é somente este o problema, mas é um problema grave também; a própria regularização das áreas demarcadas, de proteção ambiental. O José Cláudio e a Maria viviam em uma área de assentamento do INCRA, que é uma área de reserva extrativista, um a Resex, que até hoje não plano e não está legalizada.

Então, eu quero perguntar aos senhores... Eu ia fazer várias perguntas, mas uma pergunta genérica, a respeito dessas medidas que foram adotadas em relação ao mutirão judiciário relativo a inquéritos; em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; à busca de uma agilidade maior na execução do Terra Legal, que é muito importante.

Nos Estados, principalmente nos da Amazônia, essa ação tem andado com muita lentidão, e não podemos aceitar que continue com essa vagareza. Porque, senão, essa ação nunca será concluída. É preciso que sejam determinados prazos e se saiba exatamente o curso dessa ação e determine o prazo como o Luz para Todos, que é um programa caro, muito caro, mas muito importante, assim como é a legalização fundiária na Região Amazônica.

Como os senhores veem essas medidas?

Por exemplo, há um plano em operação em defesa da vida, em relação ao campo, e que não temos em mãos o balanço do próprio Governo Federal, do Ministério da Justiça acerca de seu andamento.

Portanto, a pergunta que faria a todos é em relação a esses planos e programas, que, principalmente depois dessas duas mortes, foram estabelecidos. Ou seja: como os senhores analisam do ponto de vista da mobilidade do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais?

E peço ao Dr. Claudionor Muniz ou ao Sr. Rafael Claros que, se possível, nos deem notícia da esposa do Dinho. Nos a havíamos convidado para estar aqui. Soubemos que ela está sob proteção. Não sabemos onde, mas está sob proteção, e se haveria, Sr. Rafael, a possibilidade de a Comissão, talvez não em uma reunião aberta, mas em uma reunião reservada, ouvi-la para ver qual é a avaliação, como me que ela está, qual o nível de segurança que ela tem tido e falar um pouco daquele conflito que a gente vivenciou lá.

Acho que o nosso objetivo urgente, porque nós estamos acompanhando de perto o inquérito do Pará... Houve, num primeiro momento, uma reação de várias entidades, porque a princípio não se conseguiu fazer a prisão dos prováveis assassinos por conta de decisão judicial, de um Juiz que, à época, estava diante do caso. Houve um pedido de várias entidades para que o Juiz Murilo Lemos Simão fosse substituído, ou fosse investigado por conta dessa decisão, uma vez que não houve as prisões imediatamente, porque eles fugiram pela não previsão de decisão, ele não quis determinar a prisão preventiva. Mas a prisão aconteceu agora, e, diferente desse inquérito o outro está caminhando. Então nós queremos que esse tenha andamento, é necessário.

Então é uma coisa contraditória. O que adianta fazer mutirão de processos抗igos se esses últimos, os mais novos, já estão entrando para o arquivo. E o arquivo geral da

impunidade do campo. Então, que os senhores falassem um pouco disso. Acho que é importante que pudessem nos ajudar.

Outras autoridades não puderam estar aqui conosco, lamento a ausência da Ouvidoria Agrária. A Ouvidoria Agrária tinha que estar aqui. Lamento muito a ausência da Ouvidoria Agrária, mas que os senhores fizessem já uma breve análise dessas medidas agora e, depois, se puderem mandar por escrito, nos ajuda muito, porque nós queremos agora, imediatamente, no prazo de uma semana, o mais tardar, produzir esse relatório, para encaminhar. A produção desse relatório já vai ser uma forte pressão para que o STJ tome uma decisão ágil, uma decisão rápida a respeito desse assunto.

Então vou passar pela mesma ordem. O senhor quer começar? Pode começar pelo senhor.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Eu me lembrei que aqui nesse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, que é produto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, especificamente o Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, realmente deveria estar aqui. Tem uma proposta de mudança que eu acho que deve ser estudada por esta Comissão, que é a mudança dos arts. 297 e 298 do CPC – Código de Processo Civil. Inclusive, Senadora, como a senhora sabe, o novo CPC já está em tramitação nesta Casa.

Não sei se o projeto que foi aprovado no Senado e que está agora na Câmara, contempla a mudança – pelo que eu vi aqui em uma rápida pesquisa pela Internet – não está contemplado no novo CPC mas há uma proposta de mudança por parte do Ministério, e aí, a comissão através da senhora, que é Parlamentar, poderia fazer incluir essa mudança, através de algum Deputado, até para facilitar talvez do mesmo partido, enfim, no projeto na Câmara. A OAB está olhando com uma lupa este projeto, mas esse aspecto não foi considerado por nós. O que é? Eu vi os artigos e foi até o Dr. Cláudio que me lembrou aqui qual o teor da mudança proposta pelo Ministério. Mas eu acho que realmente é importante, acho que é um aspecto que por parte de nós da OAB merece ser estudado.

Hoje, quando alguém pede a reintegração de sua posse ou a manutenção de sua posse, ou seja, quando sua posse está sendo esbulhada ou turbada como diz a lei, está sendo ameaçada ou foi tomada, foi retirada de sua alçada. Quer dizer, a pessoa deixou de usufruir, de poder exercer sua posse, o Juiz pode liminarmente mandar reintegrar ou manter a posse, desde que a petição inicial do autor ou do proprietário, ou do posseiro, esteja devidamente instruída. Isso é muito vago. Muitas vezes há determinação de reintegração e manutenção de posse sem haver essa comprovação do direito líquido e certo.

Então, a mudança é que agora o Juiz seja obrigado em todos os casos – ele já é obrigado quando a ação é contra o Poder Público, em que ele só pode determinar a reintegração ou manutenção da posse ouvido o representante do Poder Público, o Procurador do Estado, enfim, o Procurador do Município, ou Advogado da União quando se trata de União, Estados-membros e Distrito Federal e Municípios. Mas, agora, em qualquer caso privado, tem que fazer uma inspeção no local para ver se realmente aquilo que está dito pelo autor, pelo proprietário ou pelo posseiro é verdade e não simplesmente, de maneira liminar, muitas vezes sem se acautelar, determinar a expulsão com a reintegração de posse ou manutenção de posse de famílias, às vezes, dezenas, centenas ou milhares de pessoas daquela localidade. Era isso, Senadora. Eu quis falar logo, me antecipei um pouco, porque acho que essa mudança que eu vou até levar ao próprio Presidente da

Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB, Dr. Pedro Henrique Alves, porque a OAB também pode ajudar propondo ou apoiando essa modificação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós faremos isso, Dr. Asfora; entraremos em contato com a Câmara dos Deputados, porque certamente a mudança no Código de Processo Civil deverá voltar para o Senado. Já saiu daqui para lá e deverá voltar porque é uma matéria extremamente complexa, então dificilmente a Câmara aprovará da forma como foi remetida pelo Senado. Mas nós vamos tomar essas providências para que isso seja feito.

Há uma reivindicação, segundo o Dr. Claudionor nos disse, não apenas da ouvidoria agrária, mas também de vários segmentos que atuam nessa área. Enfim, desde já agradeço a participação de V. S^a.

Passo a palavra ao Dr. Claudionor Muniz.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Eu gostaria de dizer que eu vejo com bons olhos essa possível alteração do CPC, vez que o Poder Judiciário poderá, no local, verificar o nível de tensão, inclusive o resultado que poderá ocorrer caso decretada ou não a liminar. Vejo, com certeza, com bons olhos e que seria bastante interessante. Essa foi uma visão bastante estratégica da Ouvidoria Agrária com o objetivo de coibir, de reduzir a tensão.

Porque o que acontece? Uma vez o Juiz decretando essa liminar, dali aumenta o conflito porque passa então vários passos para a execução dessa liminar. Além do que, às vezes, a própria execução da liminar torna-se inútil. Então, às vezes, o juiz, indo àquele local, poderá ouvir os dois lados e poderá decidir até mesmo mediar, conciliar. Então, seria uma visão bastante interessante.

Vamos falar então. Pós-caso Adelino Ramos, no Estado de Rondônia, recebemos a visita do Ministro da Justiça, da Ministra Maria do Rosário, e outras autoridades do Governo Federal. Foi nesta ocasião que Rondônia apresentou para os Ministros e toda a comitiva federal, inclusive membros do CNP, do Conselho Nacional de Justiça, a OAB, o plano que nós pretendemos executar no Estado todo. E, daí, nós chamamos o Governo Federal para ser parceiro, principalmente porque o Estado de Rondônia não detém tantos recursos para um projeto tão ousado.

Por exemplo, vamos falar só da Ponta do Abunã. É um local onde existem pequenos distritos com uma população pequena, mas que, realmente, concordo com o advogado aqui representando a Associação dos Camponeses, não têm um posto de saúde, não têm um hospital, uma escola, que seria uma escola atuante pra atender toda a demanda lá existente...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Deixe-me lhes dizer. Foi-nos prometido que enviariam pra lá a Força de Segurança Nacional. Chegou?

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – Vou tratar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Ah, pois não. Desculpa.

O SR. CLAUDIONOR MUNIZ – O Estado tem essas dificuldades. Por isso que foi, então, convidado o Governo Federal para auxiliar na execução desse projeto.

A respeito da Força Nacional de Segurança. A Força Nacional de Segurança, hoje, uma equipe dela, se encontra... Tanto a Força Nacional de Segurança, composta pela Polícia Militar, como a Força Nacional de Segurança Judiciária. Existe uma equipe no Estado

de Rondônia, composta de dois delegados, dois peritos, dois escrivães e, salvo engano, seis agentes de polícia.

Esta equipe está atuando no eixo Buritis–Jacinópolis–Jacilândia–Nova Mamoré–Campo Novo, que é justamente a região onde nós temos o maior índice de inquéritos policiais que tratam de mortes que podem estar relacionadas a conflitos agrários e a extração irregular de madeira.

Por que foi decidida esta localidade? Justamente por causa da demanda reprimida. Já que é uma força-tarefa, nada mais natural, nada mais estratégico do que direcionar a equipe para servir de apoio à investigação policial que já está em andamento, para a redução desses inquéritos e o início da ação penal contra os seus responsáveis.

Agora, é de se destacar que, apesar do envio dessa equipe, nós temos outras frentes, a exemplo de Extrema, a exemplo de Cerejeiras e Corumbiara, a exemplo de Machadinho d'Oeste e da própria região de Ariquemes. Então, nós temos outras localidades que também possuem tensão, tanto relacionada ao conflito agrário quanto aos crimes ambientais.

Então, a Força Nacional está? Está. Ela é suficiente para atender à expectativa da própria operação, do próprio plano? Não. Ela não é suficiente, porque uma equipe apenas com dois delegados, dois peritos, dois escrivães e seis agentes, ou que sejam até dez agentes, tem condição de dar uma resposta efetiva se for de forma muito pontuada, como está no momento, como está na região de Buritis. Agora, em nível estadual, não. Nós precisaríamos de mais equipes da Força Nacional, para distribuir, para servir de apoio para as delegacias que já estão trabalhando com esses inquéritos.

Eu sei que isso não seria muito fácil, porque a própria Força Nacional está pulverizada em outras localidades. Mas, a respeito do Estado de Rondônia, Senadora, eu posso dizer que existe a equipe, mas nós podemos ter um resultado não tão positivo quanto esperávamos por conta de ser apenas um pequeno grupo trabalhando num lugar, num gargalo, numa questão bastante pontual.

Acreditamos que se o Governo Federal pudesse disponibilizar outras equipes nós poderíamos dar uma resposta bem melhor, bem mais interessante, inclusive na região de Extrema.

Há uma resposta que começou a ser praticada nesta semana pelo Governo Federal, que foi a atuação do Exército na faixa de fronteira. E, a rigor, nessa faixa de fronteira, nós também temos conflitos agrários. Com a presença do Exército, certamente, haverá uma sensação de segurança que é bastante interessante.

Nesta semana, nós tivemos a prisão, digamos, do pistoleiro que seria o maior procurado por parte da Polícia Civil da região de Buritis, que era autor de homicídios naquela região. Então, só essa prisão, a presença da Força Nacional e da própria Polícia Civil na região lá de Buritis tem pacificado o local.

Agora, se queremos ter uma resposta na ousadia do próprio plano do Governo Federal, precisamos que sejam destinadas mais equipes para aquela região, para que a gente possa distribuir pelo menos em cinco frentes, em vez de uma.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Claudionor.

Eu passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Rafael, para fazer também as suas observações e considerações finais.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA CLAROS – Senadora Vanessa, eu acredito que há curiosidade em relação a como está a viúva e os filhos hoje. A viúva do Dinho está no programa de proteção da Polícia Federal. Ela estava, até a semana passada, aos cuidados da Polícia Federal, em Brasília, e hoje está em um local já não mais sabido por nós, porque já está inclusa no programa. Ela, os pais e os filhos estão todos sob proteção da Polícia Federal. Graças a Deus, deu certo. Foi um pleito tanto desta Comissão quanto da Polícia Federal, em Porto Velho e do Amazonas, quanto nosso, de estar intervindo para que pudesse funcionar, para que ela pudesse afastar daquela situação de conflito, pois o Dinho foi assassinado ao lado dela. Ela estava muito próxima ao carro. E a ideia era que pudessem acertar o Dinho, não ela.

Então, por quê? Que mal ela faz a alguém? Que denúncia ela fez a alguém? Mas o Dinho, ele fez as denúncias. Mas para quê? Para preservar a floresta, para preservar aquela área de exploração já autorizada pelo Incra. Ele não estava lá indevidamente. Ele estava lá autorizado pelo Incra e pelo MDA.

Agora, acredito que é muito importante, como o nosso amigo Joaquim colocou, não só a presença do Estado para a segurança. As implantações das políticas públicas adequadas são necessárias. Porque aqui uma crítica que eu tenho a fazer, tanto ao Estado do Amazonas, quanto ao Estado de Rondônia e à União, em todos os seus setores, desde o dia em que o Dinho morreu, a União e os Estados não deram qualquer assistência à associação e ao próprio projeto.

Por muita coincidência, acredito, o projeto foi portariado dois dias depois do Dinho ter morrido. Isso foi um absurdo. Classifico como um absurdo a atitude do ministério e do Incra de terem me enviado um *e-mail*, como procurador da associação, dizendo que em até 60 dias seria publicada a portaria. Passou uma semana que o Dinho morreu, publicou. Então, por que não publicaram antes? Ah, por que não tinham os trabalhos técnicos. E fizeram em dois dias? Então, isso é o absurdo.

Por que não tem política pública voltada? Porque hoje o assentamento não tem mais a presidência, o presidente foi assassinado. E eu acredito que a vontade de quem quis matar, já quem quis matar foi o Ozias, a vontade dele prevaleceu. Por quê? Porque o assentamento parou.

Existe uma entidade. Existe a Assespro, hoje, no Amazonas, que está apoiando, ajudando. Mas a Assespro, a Secretaria de Produção quer o apoio mas o Governo do Estado do Amazonas trava. E por conta desses entraves nada, Senadora, chegou até hoje lá, nem cestas básicas. Nós, como entidade privada e contratados pela associação para que ela não morra, não acabe, estamos investindo, ajudando, mandando alimento, a cesta básica, o transporte.

Agora, quando o Dinho morreu, nós pedimos apoio da Polícia Federal e do Ibama, para que pudéssemos voltar à área, buscar os documentos da associação, buscar algumas situações que pudesse ajudar como provas, alguns números que o Dinho tinha na agenda do celular. Fomos até lá. Foi cedido um helicóptero do Ibama, para que pudesse, junto à Polícia Federal, buscar essas informações.

A Polícia Federal me passou toda essa documentação, como responsável pela associação uma vez que ela estava sem o presidente. E até então não se conseguiu eleger um novo presidente. Por que como é que um presidente de associação vai ser eleito sem qualquer política para apoiar? Depois que o Dinho morreu, o projeto parou. O carro de transporte de tudo era o carro dele. O gerador de energia de lá, que era dele particular, parou de funcionar. E quem é que vai ajeitar?

Então, são probleminhas técnicos. Ah, isso é problema da associação. Mas se tivesse o incentivo do Estado, se funcionasse o incentivo da União, se o Incra, se o MDA, a ouvidoria tivessem enviado dez cestas básicas que sejam... O que custam dez cestas básicas? Nada.

Agora, nós pedimos apoio do Exército para o envio de cestas básicas, por mais que saíssem do bolso de alguns ajudantes, algumas pessoas que apóiam o projeto. O Exército disse que não tinha como, porque tinha que ser provocado por Brasília. E passou de volta a bola. Eles não atribuíram para si a responsabilidade de resolver.

Então, Senador Reditario, por mais que seja no Amazonas, mas aquela região ali toda é explorada por Rondônia, pelos madeireiros de Rondônia. Toda política pública ali vir por Rondônia e pelo Amazonas. E nós pedimos a intervenção de V. Ex^a, assim como pede da Senadora Vanessa, para que se possa, através das entidades estatais, estarem trabalhando ali.

A Secretaria de Produção do Estado do Amazonas vai recuperar a vicinal até o projeto. Acontece que parte da vicinal é Rondônia e parte é Amazonas. E aí vai ser recuperado do Amazonas para frente. E do Amazonas para trás?

Agora, não sei se V. Ex^a conhece a realidade, mas a coisa é feia – entende? –, a coisa é bem complicada. As vicinais são muito complicadas. Eu sei que a sua região em Rondônia é muito mais tranquila para se trabalhar, porque tem pedra, cascalho. Lá não tem. Então, existe toda essa dificuldade.

Agora, quanto à posição da Senadora em relação a definir o prazo para que o Terra Legal e as políticas do MDA funcionem é importante – importantíssimo até. Porém, como é que vai se buscar definir um prazo para o Terra Legal sem estar definido o Código Florestal? É temeroso, porque o Código Florestal tem que estar pronto, tem que estar aprovado, para que se saiba o custo, como o nosso amigo Joaquim falou, de legalização da produção.

Porque na Amazônia a produção é ilegal, infelizmente. Por quê? Porque não tem como regularizar terra, não tem como ter uma licença de exploração, uma licença ambiental se não tem documento. E isso não é de responsabilidade de outra pessoa. Isso é MDA.

São os governos dos Estados que podem buscar essa regularização, mas não têm o interesse. Não sei se não têm interesse por que não faz parte do interesse dos grandes, porque os grandes têm documento. Ou quando não é para ter documento é por que é boi pirata. É melhor que não tenha documento. Entende? É melhor que não tenha documento da terra, porque eu não preciso que saibam que eu tenho 30 mil cabeças de boi na Ponta do Abunã. Então, eu sei quem é que não quer, mas que o MDA não funciona, o Terra Legal não funciona.

Vamos tratar agora da operação em defesa da vida. É importantíssimo. Mas vai funcionar? Já está funcionando? Quando eles foram assassinados, na mídia nacional foi falado da operação em defesa da vida. Onde ela está hoje? Como é que ela está tramitando hoje? Como é que ela está no ministério? Está engavetada, está esquecida.

Por último, queria colocar aqui ao Dr. Jairo, representante da OAB, a situação que eu classifico como importantíssima, a situação da alteração da legislação do CPC. Porque eu acompanho alguns conflitos em Rondônia, acompanho alguns conflitos no Amazonas e, realmente, o que acontece é que vem o grande pecuarista ou, no caso dentro das cidades, o dono daquela área de terra, e fala: não, porque eu fui esbulhado da minha posse e tal. E o juiz, sabendo que aquela pessoa é influente ou não sei se está

comprometido de alguma outra forma financeiramente ou do jeito que for, dá a liminar sem saber do impacto social que vai ter aquela liminar. Ah, mas existe um estudo de impacto social em relação àquela desapropriação. É falho, não funciona.

Então, doutor, eu queria que V. Ex^a pudesse também se empenhar. Sei que vai ser um pouco mais complexa a minha proposição em relação a isso. Mas imagine se a gente pudesse tornar não obrigatório, mas pelo menos a possibilidade de ser comunicado ao MDA, para que na hora em que o juiz fosse tentar intervir naquele conflito, antes de conceder a liminar, ou ao próprio Ministério das Cidades, porque existe a possibilidade de que o (*fala fora do microfone*)...

Comunicar antes ao MDA, pelo menos para que ele, se tiver interesse, se manifeste. Por que aí o que pode acontecer? O Ministério Público pode intervir e pode verificar se existe uma possibilidade de, naquele local, tornar um assentamento, ou senão dentro das cidades.

Eu estou acompanhando uma situação recente em Porto Velho, que hoje tem 1.200 famílias numa área próxima à cidade, que são tratadas por 1.200 invasores. Mas elas estavam ali acreditando que fosse uma terra da União. Construíram suas casas. Agora, veio o proprietário e falou: não, é minha. E conseguiu a liminar. E agora, vai fazer o quê? E aquelas 1.200 famílias? Que impacto social que vai ter isso?

Se houver uma situação de que possa ser oficiado ao Ministério das Cidades, esse órgão pode indenizar. Mas não tira as famílias, indeniza. Vamos buscar o Minha Casa Minha Vida 2 para que possa indenizar aquela propriedade, para que possam as famílias se manterem ali. E eu vejo a situação do Dinho. Ele estava autorizado a estar ali. Essas pessoas que estavam, no caso de Porto Velho, não estavam autorizadas, mas entendiam que a terra é da União e que um dia podiam pleitear. E construíram suas casas. Não estão lá em barracos. Estão em casas. Para agora vir um juiz, conceder uma liminar numa situação dessas. Vão tirar, vão passar máquina em cima. Entendem?

O senhor, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, às vezes, pode tentar intervir. Eu não estou dizendo não só na situação de Porto Velho. Mas que exista essa alteração legal, para que possa ser vista com outros olhos essa situação.

E estou à disposição como associação dos camponeses tanto do Estado de Rondônia, quanto do Estado do Amazonas. Eu estou à disposição, Senador Reditario, tanto do Senado, quanto do Governo do Estado do Rondônia – também o nosso amigo Claudionor –, para a Senadora Vanessa, o Governo do Estado do Amazonas, para que a gente possa tratar de políticas públicas. Eu sou parceiro. Eu tenho dados técnicos. Eu tenho a realidade de lá. No que precisar me procurem, porque temos à disposição. Nós queremos que aquilo lá funcione. Nós queremos que o assentamento do Dinho não morra, porque morreu.

O assentamento hoje está completamente parado. Hoje há cerca de 15 a 20 famílias que estão sem assistência nenhuma. Entendem? O diesel que estão usando lá quem está pagando é o nosso escritório. As cestas básicas que está mandando é a nossa empresa. Mas por quê? Por que é o idealismo nosso? É o quê? Eu não sei nem hoje dizer o que é. Mas a gente quer que funcione, que o sonho daquele amigo, que eu tinha e daquele cliente que eu tinha, continue agora. Sem uma política pública, sem uma ajuda dos Estados ou da União, é difícil. É difícil, porque eu, como entidade privada, não tenho condições de dar a assistência necessária.

Eu acredito que, no que eu puder contribuir, estou à disposição, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Rafael, pela participação. E nós aguardamos...

Pois não, Senador Reditario.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O doutor aí me fez lembrar esta semana, na terça-feira, quando eu recebi a visita do Mineiro, apelido, lá de Rondônia, do Município de Parecis, um dos 27 Municípios que fui autor do projeto de criação quando deputado, bem semelhante à questão que V. Ex^a falou.

Vejam bem, foram despejadas no ano passado 12 famílias que residiam na terra por 28 anos. Eu fui à presidência, à Ministra – esqueci o nome –, que me encaminhou ao Incra. Eles ligaram lá, marcaram audiência. Fomos ao Incra. E aí a presidência, sem dúvida nenhuma, nos atendeu muito bem. Nós fomos encaminhados à procuradoria. Levantamos o assunto bem direitinho. Resultado: o Incra deu garantia de que eles vão retornar à terra.

Vejam bem, por que não é possível um caso desses. É uma área de terra em que eles entraram, inclusive, com autorização do Incra. O Incra cortou a área, porque a área tinha sido vendida em concorrência. Quem ganhou não pagou. Venceu o prazo, perdeu.

O Incra transformou a área em pequenos lotes, onde 12 famílias foram assentadas. Mais de 60 pessoas, 28 anos residindo na terra, foram tiradas lá do Município de Parecis, do Estado de Rondônia. Foram despejadas no ano passado. Mas o Incra deu certeza de que eles vão.... Está na justiça. Inclusive, teve parte da justiça que foi a favor deles. Mas sabem como é, pode existir algo no meio – entendeu, doutor? – disso aí.

E quem está questionando é um grande fazendeiro lá em Rondônia. Mas essa área não pertence a ele, porque ele nunca pagou nada para o Incra. é lamentável um caso como esse: As 12 famílias estão na rua, sem nada. Todas essas pessoas passam de 60. Vejam como nós temos erros muito grandes dentro da própria justiça.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Reditario. Se V. Ex^a quiser, por meio de seu gabinete, poderá encaminhar alguns assuntos, algumas questões, mesmo que sejam simbólicas. Para esta Subcomissão será muito importante.

Passo à palavra, para que a gente possa encerrar à nossa audiência pública, ao Sr. Joaquim Belo.

O SR. JOAQUIM BELO – Acho que qualquer esforço, Senadora, que se faça para a gente superar uma série de desafios é bem-vindo. Acho que a Senhora tem toda a razão. Um esforço desse, esse grande mutirão, tem de ter prazo. Sem prazo a gente não vislumbra as metas do que vai fazer. Mas seria importante que houvesse uma grande articulação. Não só presente o Governo Federal, mas com Estados e Municípios, que têm limitações financeiras muito grandes. Quem sabe aí nesse aspecto pudesse haver uma parceria bem mais fortalecida. Outra coisa, acho que está na hora de haver um PAC, um PAC rural, uma medida forte do Governo para a ruralidade brasileira, principalmente amazônica. A gente vê grandes investimentos, a questão do setor energético na Amazônia, com grandes investimentos. Nem sabemos que é para nós, a gente sabe que não é para nós. Temos consciência de que não é para a população da Amazônia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agora vai ser.

O SR. JOAQUIM BELO – Um ou outro. Que haja investimentos nesse sentido, investimentos de verdade no setor econômico, em geral, na Amazônia. Que se tire essa diferença, esse atraso. Até então, a Amazônia tem servido muito abastecer os grandes centros urbanos deste País com suas riquezas, com seus minerais e assim por diante. Pouca coisa tem sido distribuída para o seu próprio povo. Acho que está na hora de termos um PAC nesse sentido.

Agradeço o convite. Fico à disposição.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PcdoB – AM) – Nós é que agradecemos, mais uma vez, a sua participação, Sr. Joaquim.

Agradecemos a audiência de todos. Entendemos – e por isso fizemos essa audiência pública – que vai servir muito para o relatório de uma Comissão externa. Aqui, temos a reunião de duas subcomissões da Amazônia: uma coordenada pelo Senador Mozarildo, no âmbito das relações exteriores que é Amazônia e Faixa de Fronteira; a outra no âmbito da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, que trata do desenvolvimento sustentável de tudo.

Nosso objetivo, Sr. Joaquim, é trabalhar os mais diferentes problemas da região. Há um que é o maior de todos: o Brasil precisa considerar a região prioritária. Hoje já abastecemos, Senador Cassol, o Brasil com muitas de nossas riquezas. O potencial energético brasileiro se concentra exatamente na Região Amazônica. A riqueza da biodiversidade é algo que ainda não está plenamente, perfeitamente, mensurada. A reserva de água, enfim. Poderíamos falar aqui o dia inteiro sobre tudo o que tem a Amazônia, mas isso pode transformar-se em uma riqueza muito maior ainda do que já há hoje.

Os Estados do Amapá, do Pará, que têm – o Pará sobretudo – uma atividade de extração mineral muito forte sabem que as coisas não podem continuar como estão. Aquele trem passa rápido levando o minério e o povo de lá continua morrendo em conflitos agrários, no campo. Quanto à energia, vem uma hidrelétrica, o linhão passa por cima, mas embaixo não há luz.

Enfim, são esses os problemas dos quais estamos cuidando. O conjunto de Senadores que representa a Amazônia está muito envolvido, dedicado a sensibilizar o Brasil como um todo para que a gente viva esse novo tempo. O novo tempo para o Brasil como um todo tem de ter um olhar mais forte sobre a Região Amazônica.

Agradeço a participação de todos.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 78 páginas
(OS: 17411/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

**SENADO
FEDERAL**

